

MAJ QOPM FLÁVIO JOSÉ CORREIA

**ATUAÇÃO PREVENTIVA DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ FRENTE AO MODELO
DE ATUAÇÃO REATIVA**

Trabalho apresentado ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública.

Orientador de Metodologia: Professora Dra.
Helena F. Nunes Silva.

Orientador de Conteúdo: Cel QOPM Carlos
Alexandre Scheremeta.

**CURITIBA
2008**

DEDICATÓRIA

A minha esposa Aglemir e filhas Marina e Flávia, que souberam entender minha ausência neste longo período de Curso e deram ânimo nos momentos difíceis.

(O Autor)

AGRADECIMENTOS

Ao Sr. Coronel QOPM Carlos Alexandre Scheremeta, Orientador de Conteúdo, à Professora Dra. Helena F. Nunes Silva, Orientadora de Metodologia e a todos os instrutores, da Academia Policial Militar do Guatupê e da Universidade Federal do Paraná, meus agradecimentos pela atenção e pelo esforço no sentido de nos conduzir ao conhecimento, dedicando-nos em várias ocasiões um empenho muito além do esperado, sendo de fundamental importância na busca de melhores caminhos no desenvolvimento do estudo aqui apresentado.

Aos Comandantes de unidades e seus integrantes da Capital e Interior do Estado, Policiais Militares e funcionários de outros órgãos que foram entrevistados, pelo fundamental e decisivo apoio, pela generosidade com que fomos atendidos, esclarecendo e apoiando desde os primeiros momentos em que fomos lançados nessa árdua tarefa, a nossa mais sincera e eterna gratidão.

A todas as pessoas e órgãos que de forma direta ou indireta contribuíram para que os objetivos almejados fossem atingidos.

RESUMO

A Polícia Militar inserida na Constituição Federal em seu Artigo 144, inciso V, parágrafo 5º e na Constituição Estadual em seu Art. 46, inciso II e Art. 48, cabe dentro do contexto da Segurança Pública a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. O presente trabalho é o resultado da necessidade da busca de novas alternativas ou ajustes para que se busque uma forma mais eficaz de realizar o Policiamento, principalmente no que tange à missão constitucional da Polícia Militar, que é a responsável pelo policiamento proativo, caracterizado pela prevenção. O objetivo foi avaliar a forma de atuação da Polícia Militar do Paraná, no desenvolvimento das atividades operacionais, tendo em vista a sua responsabilidade que é o policiamento proativo e o policiamento reativo. Para tal foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas, bem como análise documental, tendo como públicos alvos Policiais Militares do Paraná, Policiais Militares de 06(seis Estados da Federação, Funcionária da Universidade Federal do Paraná e da Secretaria da Criança e do Adolescente). Conclui-se frente ao trabalho desenvolvido, que a atuação da Polícia Militar prevalece o modelo preventivo, utilizando para tal, de todos os seus recursos humanos e materiais disponíveis, preocupando-se sempre com a ostensividade e a presença efetiva do policial, com uma mudança de comportamento, procurando estabelecer uma maior aproximação da comunidade, com filosofia de policiamento comunitário, para que a população colabore com a corporação, com informações úteis, e tenha maior confiança no Policial Militar e credibilidade na instituição, somando a estes, no campo operacional, da importância indispensável das ferramentas, geoprocessamento e siscopweb, que propiciam a corporação qualidade no modo de agir, e resultados operacionais são satisfatórios, para o combate a criminalidade. Observou-se neste trabalho, preocupação com a questão de efetivo, tendo em vista a possibilidade de perda em razão de passagem para a reserva remunerada, bem como, da viabilidade como acontece em outros Estados, em contratar civis, para exercerem funções administrativas, substituindo Policiais Militares, para que estes desenvolvam suas atividades especificamente na missão fim da corporação. Destaca a atuação da corporação nas atividades de cunho social, fazendo com que a instituição cumpra o seu papel no que tange a responsabilidade social, sendo assim, conclui que a Polícia Militar está desempenhando a contento e de forma satisfatória nas atividades, sejam de caráter preventivo ou reativo.

Palavras-Chave: Policiamento – Ostensivo – Prevenção – Geoprocessamento – Segurança – Polícia Militar.

ABSTRACT

The Military Police entered the Federal Constitution in its Article 144, section V, paragraph 5 and the State Constitution in its Article 46, item II and 48, lies within the context of the Public Security Police ostensible and the preservation of public order. This work is the result of the need to search for new alternatives or adjustments in order to seek a more effective way of doing the policing, especially with regard to the constitutional mission of the Military Police, which is responsible for the proactive policing, characterized by prevention . The objective was to evaluate the manner of performance of the Military Police of Parana, in the development of operational activities, in view of their responsibility which is the policing proactive and reactive policing. For such searches were conducted of field and interviews and documentary analysis, with the government target of Parana Military Police, Military Police of 06 (six states of the Federation, an official at the Federal University of Parana and the Department of Child and Adolescent). It is opposite the work that Operation Military Police provided the model prevails, using for that, for all its human and material resources available, while it is always with the ostensible and effective presence of the police, with a change of behavior, trying to establish a closer community with the philosophy of community policing, so that the people cooperate with the corporation, with useful information, and have more confidence in police and military credibility in the institution, adding to those in field operational, the importance of essential tools, and geoprocessing siscopweb, that the corporation provide quality in order to act, and operating results are satisfactory, to combat crime. It was observed in this study, concern over the issue of effective, with a view to the possibility of loss due to move to reserve paid, and the feasibility as in other states, to hire civilians, to exercise administrative functions, replacing Military police, so that they develop their activities specifically in order activity of the corporation. Highlights the performance of the corporation in the activities of social nature, making the institution fulfill its role with regard to social responsibility, thus, conclude that the Military Police are performing to the satisfaction and satisfactorily in the activities, are of preventive or reactive.

Keywords: Policing - ostensible - Prevention - Geoprocessing - Security - Military Police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – ESTATÍSTICA OPERACIONAL	56
QUADRO 2 – ESTATÍSTICA OPERACIONAL – CAPITAL E INTERIOR	57
QUADRO 3 – QUANTIDADE DE PRESOS NAS DELEGACIAS DO PARANÁ	59
QUADRO 4 – QUANTIDADE DE PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	60
QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ	61
QUADRO 6 – EFETIVO	61
QUADRO 7 – EFETIVO ADMINISTRATIVO	62
QUADRO 8 – EFETIVO RESERVA REMUNERADA	63
QUADRO 9 – RECURSOS MATERIAIS - PMPR	64
QUADRO 10 – INVESTIMENTOS	64
QUADRO 11 – BENEFÍCIOS DO PROERD	65
QUADRO 12 – OUTROS DADOS DO PROERD	65
QUADRO 13 – VISITAS COMUNITÁRIAS	65
QUADRO 14 – FORMANDO CIDADÃO	66
QUADRO 15 – TRINÔMIO OPERACIONAL	70
QUADRO 16 – GEOPROCESSAMENTO	71

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO DO PARANÁ.....	61
GRÁFICO 2 – EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	62
GRÁFICO 3 – EFETIVO – DEMANDA DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES.....	67
GRÁFICO 4 – DEMANDA REPRIMIDA – PREVENÇÃO	68
GRÁFICO 5 – PREVALÊNCIA DO POLICIAMENTO REATIVO	69
GRÁFICO 6 – VIATURA E EFETIVO-PRVENÇÃO.....	70
GRÁFICO 7 – GEOPROCESSAMENTO	71
GRÁFICO 8 – CAPACITAÇÃO TÉCNICA - GEOPROCESSAMENTO	72
GRÁFICO 9 – CONTRATAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO	73
GRÁFICO 10 – AÇÕES COMUNITÁRIAS	74
GRÁFICO 11 – OPERAÇÕES POLICIAIS	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PMPR	Polícia Militar do Paraná
PM/3	3ª Seção do Estado Maior
Cel.	Coronel
P.B.	Ponto Base
POVO	Policamento Ostensivo Volante
PEC	Patrulha Escolar Comunitária
ONU	Organização das Nações Unidas
PBC	Posto de Bombeiro Comunitário
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BOU	Boletim de Ocorrência Unificado
CIOSP	Centro Integrado de Operações de Segurança Pública
Siscopweb	Sistema WEB (intranet, extranet e Internet)
CPC	Comando do Policiamento da Capital
PM/4	4ª Seção do Estado Maior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
D.A.R.E	Drug Abuse Resistance Education
QOPM	Quadro de Oficiais da Polícia Militar
CPI	Comando do Policiamento do Interior
APMG	Academia Policial Militar do Guatupê
MAJ	Major
PMPB	Polícia Militar da Paraíba
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PM	Polícia Militar
CCMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
ONGS	Organizações não Governamentais
SIG	Sistema de Informação Geográfica
RR	Reserva Remunerada
FSN	Força de Segurança Nacional
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
CSP	Curso Superior de Polícia

CIA	Companhia
DPM	Destacamento Policial Militar
QTD	Quantidade
P/3	Terceira Seção das Unidades
COPE	Centro de Operações Especiais
AIFU	Ação Integrada de Fiscalização Urbana
DEPEN	Departamento Penitenciário
JUL	Julho
DP	Diretoria de Pessoal
PM/1	Primeira Seção do Estado Maior
OPM	Organização Policial Militar
PMPE	Polícia Militar do Pernambuco
PR	Paraná
GPAE	Grupamento de Policiamento em áreas especiais
RONAC	Rondas Ostensivas Nazaré Cerqueira
GEPE	Grupo Especial de Policiamento em Estádios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 Objetivo	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 Pressupostos	19
1.4 Justificativa	19
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1 MISSÃO CONSTITUCIONAL	21
2.1.1 Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.....	21
2.1.2 Polícia Civil	22
2.1.3 Polícia Federal.....	22
2.1.4 Guarda Municipal.....	23
2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS.....	23
2.2.1 Crime	23
2.2.2 Profilaxia Criminal	24
2.2.3 Prevenção	26
2.2.4 Policiamento Ostensivo	27
2.2.5 Policiamento Proativo	28
2.2.6 Policiamento Reativo	28
2.2.7 Responsabilidade Social	28
2.3 ATIVIDADES OPERACIONAIS PREVENTIVAS DA POLÍCIA MILITAR.....	29
2.3.1 Policiamento Motorizado	29
2.3.2 Policiamento a Pé.....	30
2.3.3 Policiamento à Cavalo	30
2.3.4 Operação Escudo	30
2.3.5 Narcodenúncia - 181	31
2.3.6 Força Samurai	32
2.4 AÇÕES COMUNITÁRIAS PREVENTIVAS DA POLÍCIA MILITAR.....	32
2.4.1 Projeto Povo	32

2.4.1.1 A Concepção de Polícia Comunitária	33
2.4.2 Patrulha Escolar Comunitária	33
2.4.3 Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD...	34
2.4.4 Bombeiro Comunitário	35
2.4.5 Formando Cidadão	35
2.4.6 Blitz da Cidadania	36
2.5 FERRAMENTA ESTRATÉGICA OPERACIONAL	38
2.5.1 Geoprocessamento	38
2.5.2 Análise Criminal	39
2.5.3 Mapeamento do Crime	39
2.5.4 O Mapa do Crime no Paraná	40
2.5.5 Demanda Reprimida	40
2.5.6 Cartão Programa	41
2.6 ESTRUTURA OPERACIONAL	41
2.6.1 Recursos Humanos	42
2.6.2 Recursos Materiais	43
2.7 FATORES SOCIAIS E A CRIMINALIDADE	44
2.7.1 Problemas Sociais	45
2.7.1.1 Educação	45
2.7.1.2 Pobreza	45
2.7.1.3 Desemprego	46
2.7.1.4 Violência e Criminalidade	46
2.7.1.5 Desigualdade social	48
2.7.1.6 Habitação	48
2.7.2 Drogas	48
2.7.2.1 Narcotráfico ou tráfico de drogas	49
2.7.2.1.1 No Brasil	50
2.7.2.1.2 No Mundo	50
2.7.2.2 Traficante de drogas	50
3 METODOLOGIA	52
3.1 CARACTERIZAÇÃO	52
3.2 COLETA DE DADOS	52

3.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE	53
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	54
4.1 MODELO DE POLÍCIA	54
4.1.1 Proativo – Prevenção	54
4.1.2 Reativo – Resposta à ocorrência policial	54
4.1.3 Proativo e Reativo	55
4.2 AVALIAÇÃO OPERACIONAL	55
4.3 AVALIAÇÃO DOS RECURSOS	60
4.4 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS	64
4.5. ANÁLISE DOS GRÁFICOS E QUESTIONÁRIOS	65
4.5.1 Das questões Qualitativas dos Comandantes de Unidades	76
4.5.2 Análise dos dados coletados juntos às outras Policiais Militares do Brasil.....	76
4.5.3 Análise das Entrevistas	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES.....	97

1 INTRODUÇÃO

À Polícia Militar inserida na Constituição Federal em seu Artigo 144, inciso V, parágrafo 5º, cabe dentro do contexto da Segurança Pública, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

Cabe também a Polícia Militar, conforme preconiza o Artigo 2º da Lei de Organização Básica, executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, conceituadas na legislação federal pertinente, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

A segurança pública no Paraná e no Brasil tem alternado períodos de grande pujança e ousadia com períodos de estagnação. Atualmente, devido ao crescente clamor por segurança pública, vive-se uma época de ousadia no enfrentamento dessas questões. Estudiosos e profissionais da área têm procurado alternativas para a solução dos problemas.

Não se pode pensar em comunidade sem que se leve em conta as suas múltiplas raízes articuladas a um país com dimensões continentais e processo histórico de desigualdade social e rápidas transformações. No plano sociológico, a criminalidade nos grandes centros pode ser considerada subproduto de um acelerado e caótico processo de urbanização. Muitas pessoas deixaram o campo e foram para os centros urbanos. Ao perder suas raízes, perderam também a sua identidade, enfraqueceram seus valores éticos e morais e o freio social. Os bolsões de pobreza do inchaço urbano associado a tais perdas e à miséria são os maiores ingredientes para o desencadeamento da violência e da criminalidade.

Por si só, a pobreza não gera violência, mas a pobreza associada à má distribuição de renda, sim. Quando a miséria de muitos convive com a riqueza de poucos, ela desperta o sentimento de privação da maioria em benefício da minoria, gerando a revolta e a violência.

A preocupação com a segurança afeta as decisões de uma maneira que já é quase imperceptível e autômata para os moradores dos grandes centros urbanos: sem que se perceba, deixa-se de viajar para determinadas cidades, de morar em

certas vizinhanças, de estacionar o carro nesta ou naquela rua, de comprar carros conversíveis ou morar em casas.

Para o poder público, segurança converteu-se também num dos maiores itens orçamentários e em objeto de preocupação prioritária. Cada ano a população exige mais policiais, mais viaturas e armas, novos presídios, juízes, promotores, rádios comunicadores, computadores e outros.

O presente trabalho é o resultado da necessidade da busca de novas alternativas ou ajustes para que se busque uma forma mais eficaz de realizar o Policiamento, principalmente no que tange à missão constitucional da Polícia Militar, que é a responsável pelo policiamento proativo, caracterizado pela prevenção. Este capítulo se encerra com apresentações da justificativa e objetivos que nortearam esta investigação.

O Capítulo dois é reservado à literatura pertinente, ou seja, uma abordagem teórica sobre os principais assuntos relacionados à pesquisa. Foram discutidos a missão constitucional dos órgãos responsáveis pela segurança pública, aspectos conceituais referente a criminologia e atividades preventivas de policiamento, bem como serão discutidos sobre a atividades operacionais preventivas e ações comunitárias da Polícia Militar. Ainda neste capítulo foi relatado assunto relativo as Ferramentas estratégicas operacionais, estrutura operacional da corporação e fatores sociais que possam influenciar na criminalidade.

A metodologia do trabalho, apresentada no capítulo três, indica a sua caracterização, o seu contexto, o procedimento metodológico para alcançar os objetivos propostos, as análises que serão realizadas para a apresentação dos resultados e finalmente um cronograma com a previsão de cumprimento das atividades.

No capítulo quatro mostra os resultados obtidos das pesquisas realizadas durante o referido trabalho monográfico. Entre os temas levantados, encontra-se o modelo de polícia, dados operacionais, além da análise efetiva dos gráficos, quadros e entrevistas efetuadas.

Dentre do capítulo das considerações finais, foi apresentado a conclusão dos resultados verificados, por meio das pesquisas quantitativa e qualitativa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A sociedade como um todo clama por segurança pública e esta através dos diversos organismos que tem a sua disposição, exige por parte do Governo do Estado do Paraná, providências e medidas urgentes para diminuir a sensação de insegurança que sofre e abala a população.

Os índices de criminalidade revelam um elevado número de ocorrências policiais, as quais são atendidas num primeiro momento pela Polícia Militar do Paraná, que tem a responsabilidade de executar o policiamento ostensivo preventivo e o atendimento destas ocorrências das solicitações oriundas da população e por outro lado cabe a Polícia Civil, a missão de investigar os crimes. Portanto, a Polícia Militar, executa a Polícia Administrativa - preventiva e a Polícia Civil a Polícia Judiciária-investigatória.

Atualmente, a Polícia Militar, conforme a sua estrutura de efetivo e recursos materiais, comparando com o volume de ocorrências que entra no sistema, realiza mais o policiamento reativo do que efetivamente o policiamento proativo. Isto quer dizer, que na prática a atuação da Polícia Militar está direcionada para o atendimento de ocorrências policiais e não para atuar de forma preventiva, evitando que o crime ocorra.

Além desta situação citada acima, é importante ressaltar que mesmo com essa estrutura de efetivo e recursos materiais, a demanda reprimida é elevada, o que significa que parte das ocorrências policiais que entram pelo fone 190 deixam de ser atendidas.

É importante destacar que os organismos policiais trabalham, essencialmente, nos efeitos dos diversos problemas existentes no país, a criminalidade sem sombra de dúvida é um deles. Mas quais são as causas da criminalidade; será que são oriundos, especificamente, por falta de um policiamento ostensivo preventivo? Será que as causas não são oriundas de problemas sociais?

Todos esses questionamentos acima especificados podem se resumir em uma pergunta, ou problema da pesquisa, que é a seguinte:

Como atenuar o modelo reativo da atividade policial pelo modelo preventivo?

1.2 Objetivo

Neste tópico, torna-se indispensável citar o objetivo geral e os objetivos específicos, que tem como finalidade definir as ações a serem desenvolvidas no presente trabalho, que trata especificamente a respeito dos aspectos preventivos em atividade na Polícia Militar do Paraná.

1.2.1 Objetivo Geral

Atenuar o modelo reativo da atividade policial pelo modelo preventivo.

1.2.2 Objetivos Específicos

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- analisar as atividades de policiamento preventivo de cinco estados, sendo eles: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina;
- analisar o trabalho realizado na Polícia Militar da Paraíba - PMPB e Bahia PMBA referente à contratação de civis para atuar na atividade administrativa da corporação;
- avaliar se o aumento do efetivo e viaturas poderá melhorar a prevenção da atividade policial;
- avaliar se a utilização, da ferramenta/geoprocessamento, desde que de maneira adequada, é eficaz para direcionamento do policiamento;
- verificar se, com o desencadeamento de operações policiais, ocorrerá melhoria das ações preventivas;
- identificar as necessidades de capacitação dos Policiais Militares para aplicação do Policiamento ostensivo preventivo;
- implementar e manter ações comunitárias desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná em prol da sociedade;

1.3 Pressupostos

- contratando civis para atuar na atividade administrativa da corporação haverá um aumento de efetivo na atividade fim;
- aumentando o efetivo e viatura melhora-se a segurança da população;
- com o manuseio correto do geoprocessamento, as ações policiais de caráter preventivo terão resultados satisfatórios;
- desencadeando-se operações policiais, aumentará a prevenção da comunidade;
- capacitando Policiais Militares, tem-se um efetivo mais bem qualificado;
- implementando as ações sociais comunitárias desenvolvidas pela PMPR melhora-se a formação da população;

1.4 Justificativa

Diante das necessidades básicas da sociedade, a Segurança Pública é considerada essencial, motivo pelo qual redobra a responsabilidade dos órgãos de segurança, quanto a sua missão, e em especial a Polícia Militar, que tem a incumbência da Prevenção.

Analisando a criminalidade de uma forma geral, verifica-se pelos dados estatísticos, referenciados pelo geoprocessamento – mapeamento do crime, corroborado pelo número de ligações recebidas pelo fone 190, que hoje a prática da atividade policial, prevalece uma polícia reativa, quer dizer, ocorre o atendimento das ocorrências policiais pela Corporação, quando na realidade, esperava-se por parte da Polícia Militar que o crime consumado, fosse evitado, pelas ações ostensivas, conforme a sua missão constitucional.

O presente trabalho busca um modelo de uma Polícia com uma atuação mais preventiva, que venha a surtir resultados significativos, que terão como beneficiados a sociedade, o Estado e a instituição Polícia Militar, que é a responsável pela execução do Policiamento Preventivo e levando em consideração que as ações da Polícia Militar são fiscalizadas pela população diuturnamente, obriga a Corporação a buscar alternativas coerentes que venham de maneira positiva, fazer com que a

comunidade no seu dia a dia, se sinta mais segura e, conseqüentemente, aumente a credibilidade na Polícia Militar. Nesse sentido, justifica-se a realização deste estudo, especialmente, pelos desdobramentos positivos que trará para a população e a corporação.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Faz-se necessário, neste tópico, conceituar termos e citar as missões e ações de caráter preventivo e reativo desenvolvidos pela Polícia Militar e outras instituições, tendo em vista a importância de se buscar um modelo de atividade policial para que a população no seu dia a dia se sinta mais segura e com maior credibilidade aos órgãos de segurança.

2.1 MISSÃO CONSTITUCIONAL

Conforme preconiza a Constituição Federal em seu Artigo 144, a Segurança Pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos:

- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Polícia Ferroviária Federal;
- Polícias Cíveis;
- Polícias Militares e Corpos de Bombeiros;
- Guarda Municipal.

2.1.1 Polícia Militar e Corpo e Bombeiros

Tem por função primordial o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública do Estado do Paraná. São forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro e integram o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social Brasileiro. Seus integrantes são denominados militares do Estado, assim como os membros do Corpo de Bombeiros Militares.

Cabem às Polícias Militares a Polícia Ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

A Polícia Militar do Paraná cresceu junto com o Estado, evoluindo com a sociedade e atualmente está voltada aos anseios da comunidade através do Policiamento Comunitário, garantindo a paz e a proteção de vidas e bens a toda comunidade paranaense, presente nos 399 municípios do Estado.

2.1.2 Polícia Civil

As Polícias Cíveis são órgãos da administração pública das unidades federativas do Brasil, cuja função é, de acordo com o Artigo 144 da Constituição Federal de 1988, o exercício da segurança pública para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

As Polícias Cíveis são subordinadas aos Governadores dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios, são dirigidas por Delegados de Polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

2.1.3 Polícia Federal

A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela união e estruturado em carreira, destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; exercer as funções de Polícia Marítima, aeroportuária e de fronteiras e exercer, com exclusividade, as funções de Polícia Judiciária da União.

A sede da Polícia Federal situa-se na capital da Federação, havendo unidades em todas as capitais brasileiras e delegacias e postos avançados em várias outras localidades do país.

2.1.4 Guarda Municipal

É a denominação utilizada no Brasil para designar a instituição de controle social ostensivo para proteção dos bens, serviços e instalações conforme dispuser a lei dos municípios.

As Guardas Municipais apresentam-se como uma alternativa à segurança pública no Brasil. Em outros países, a exemplo dos Países Baixos, Espanha, Bélgica, Portugal, Itália e França, bem como nos Estados Unidos e no Reino Unido, as administrações municipais possuem forças policiais locais que atuam na segurança dos cidadãos e de seu patrimônio.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS

Dentro deste item, serão discutidos os conceitos de Crime, prevenção, responsabilidade social, bem como aspectos envolvendo a questão das atividades desenvolvidas quanto ao trabalho exercido na prática do policiamento proativo e reativo, que de acordo com a atuação da Polícia, seus efeitos desencadearão direto na população.

2.2.1 Crime

O próprio conceito de "*crime*" evoluiu no passar dos séculos. Como muito bem lembra o Prof. Heleno Fragoso: "*a elaboração do conceito de crime compete à doutrina*". Pois, o próprio Código Penal vigente, com suas alterações oriundas da Lei nº7.209/84 que reformulou toda a Parte Geral do Código de 1940, não define o que é "crime", embora algumas de nossas legislações penais antigas o faziam. O Código Criminal do Império de 1830 determinava em seu artigo 2º, parágrafo 1º: Julgar-se-á crime ou delito toda ação ou omissão contrária às leis penais. E, o Código Penal Republicano de 1890 assim se manifestava em seu artigo 7º: Crime é a violação imputável e culposa da lei penal.

O "*crime*" passou a ser definido diferentemente pelas dezenas de escolas penais. E, dentro destas definições, havia ainda sub-divisões, levando-se em conta o foco de observação do jurista. Surgem então, o conceito formal, material e analítico

do crime como expressões mais significativas, dentre outras de menor expressão. O conceito formal corresponde à definição nominal, ou seja, relação de um termo a aquilo que o designa. O conceito material corresponde à definição real, que procura estabelecer o conteúdo do fato punível. O conceito analítico indica as características ou elementos constitutivos do crime, portanto, de grande importância técnica.

A conceituação jurídica do crime é ponto culminante e, ao mesmo tempo, um dos mais controversos e desconcertantes da moderna doutrina penal, este já era o pensamento do mestre Nelson HUNGRIA, afirmando ainda que:

O crime é, antes de tudo, um fato, entendendo-se por tal não só a expressão da vontade mediante ação (voluntário movimento corpóreo) ou omissão (voluntária abstenção de movimento corpóreo), como também o resultado (*effectus sceleris*), isto é, a conseqüente lesão ou periclitção de um bem ou interesse jurídico penalmente tutelado (HUNGRIA, 1958, p 88).

Inicialmente, na doutrina penal brasileira, adotou-se um conceito formal do delito, no qual o crime seria toda a conduta humana que infringisse a lei penal. Neste conceito, verificava-se o fato do indivíduo transgredir a lei penal apenas, sem que qualquer outro fator fosse analisado.

Posteriormente, adotou-se uma definição material de crime, cujo nascimento foi atribuído a HERING. Passou-se a definir o crime como sendo o fato oriundo de uma conduta humana que lesa ou põe em perigo um bem jurídico protegido pela lei. Por derradeiro, chegamos ao conceito dogmático ou jurídico de crime, apelidado por muitos de "*analítico*". Sua origem remonta ao ano de 1906, oriundo da doutrina alemã de Beling, através de sua obra: "*Die Lehre vom Verbrechen*" ("*A Teoria do Crime*"), que culminou em 1930 com sua segunda obra "*Die Lehre vom Tatbestand*" ("*A Teoria do Tipo*"). O crime, portanto, passou a ser definido como: - Crime é toda a ação ou omissão, típica, antijurídica e culpável.

2.2.2 Profilaxia Criminal

A profilaxia parte do princípio de que não existe crime sem causa e que a prevenção impede a concessão do crime, destruindo todas as causas criminógenas voluntárias e involuntárias, com o emprego de medidas pré-delitais.

Stanciu, mestre de criminologia, adverte que a profilaxia criminal poderia evitar muitos crimes, mesmo os mais graves, que quase sempre podem deixar sinais premonitórios. A verdade, porém, é que a justiça penal, na fase atual de sua evolução, jamais poderá interferir antes das infrações puníveis. E a sua coexistência com a justiça preventiva, segundo ele, seria aconselhável, no sentido de sua complementação, extirpando os fatores de patologia social. Segundo ainda o autorizado criminologista às categorias suscetíveis de serem tratadas pela justiça preventiva, estaria, em primeiro lugar, os anormais, tanto quanto os dementes; em segundo lugar, os autores de acidentes automobilísticos que proliferam no estágio atual de civilização. Em terceiro lugar, estariam os toxicômanos e, em quarto os imaturos. Haveria com isso maior prevenção de delitos nas zonas de deteriorização social, onde há naturalmente maior número de fatores criminógenos.

O problema dos delitos jamais será solucionado sem uma profilaxia criminal, preveni-los ao menos, para que possam decresce-los. Antes de um código penal, deveria existir um código de prevenção. Ainda mais, antes de punir evitemos a reincidência. Todo indivíduo que a lei presumir perigoso, quando delinqüente, deveria ser submetido à prisão e as medidas de segurança. Há sem dúvida, os criminosos autênticos, para os quais de nada vale a pena como castigo ou como intimidação. O encarceramento para estes somente poderá neutralizá-los.

A verdade, entretanto, que é a moderna civilização tudo inventa, menos os meios de diminuir a criminalidade, não obstante ser mesmo uma utopia a sua completa extirpação.

Ponto-chave da questão seria a melhor organização econômica da sociedade. Alimentação, habitação, vestuário, emprego e educação condignos.

O Policiamento ostensivo fardado, que compete a Polícia Militar, muitas vezes impede que o delito ocorra. Uma ronda policial bem equipada poderia exercer sem dúvida uma influência inibidora nesse sentido.

A única polícia verdadeiramente eficiente é a preventiva. Somente quando inexistente, ou começa a falhar, é a que a repressiva se faz evidente, ocupando com destaque, toda a crônica policial. A exemplo disso, era a antiga Guarda civil, que exercia profícua polícia preventiva. Só excepcionalmente outras forças policiais precisavam intervir. Hoje o que acontece? Raramente a Polícia Militar exerce

realmente vigilância em algum lugar, fazendo a presença de maneira inusitada e somente quando ocorra fato grave no local. Não há dúvidas de que o crime deve ser evitado. Depois de deflagrado, só engendra riscos e trabalho à Polícia, bem como despesas inúteis para o Erário. Fato corriqueiro é que, nessas circunstâncias, o delinqüente é detido, são e salvo, com pesado ônus para o Estado, pondo em movimento escrivães, carcereiros e toda a aparelhagem, inclusive sustento do preso, que o Estado mantém a custa do povo. Na justiça novos trabalhos, perda de tempo e despesas se repetem.

Por aí se vê o quanto é mais barato e mais eficiente a polícia preventiva. Fora disso, a polícia repressiva, a do fato consumado, só aparece para assustar e traumatizar ainda mais as populações. Não há dúvida de que a criminalidade aumenta em consequência de inúmeros fatores, mas é evidente que um deles é a absoluta ausência do policiamento preventivo. (FERREIRA, 1986, p. 167).

2.2.3 Prevenção

A preocupação com a segurança pública passou a ocupar uma parte significativa do debate público. O medo do crime e da violência passou a compor a realidade e o imaginário da coletividade que, a partir das experiências concretas ou não, passou a produzir e reproduzir o que Tereza Caldeira chamou de fala do crime:

Além do efetivo crescimento da criminalidade, verificou-se o crescimento do medo do crime ou da sensação de insegurança. Diante desse quadro, começaram a surgir demandas por mais seguranças e por maior repressão à criminalidade.

No entanto, ficou claro que a simples repressão à criminalidade e violência não era suficiente para lidar com a complexidade do problema. O aumento de penas e restrição de benefícios para tipos específicos de crime, o aumento do efetivo policial e a construção de mais presídios não foram suficientes para conter a criminalidade. A partir daí, uma forma alternativa de resolver o problema, com propostas voltadas para possíveis causas, fatores de risco e de proteção e para problemas específicos e que envolvesse diferentes setores do setor público, da sociedade civil, do centro de pesquisa e de organizações internacionais, foi sendo desenhada e a idéia de prevenção da violência e da criminalidade foi se constituindo.

Políticas de segurança pública não podem se reduzir a respostas pontuais para demandas apaixonadas por combate à criminalidade e não podem se reduzir a alterações legislativas e de endurecimento das ações das agências de controle da violência, mas devem incorporar principalmente a idéia de prevenção da violência.

Quando se fala em prevenção, de acordo com Buarque de Holanda (1995, p.9), "[...] é o ato de prevenir, que significa evitar, dispor, com antecipação e chegar antes de". Do ponto de vista sociológico, "prevenção refere-se a tudo aquilo que possa ser realizado no sentido de impedir ou reduzir qualquer ação anti-social ou que efeitos na saúde física ou mental de indivíduos ou grupos, e seu principal meio se dão pela educação" (BUCHER, 1989, p.67).

Desse modo, quando se percebe que a polícia realiza o trabalho com viaturas em Ponto Base – PB, ou o policiamento em duplas de policiamento a pé, dentre outros está atendendo sua missão primordial: prevenir e controlar. A isso denominar-se-á de atividade de controle da criminalidade.

Já é hora de se pensar na responsabilidade social dos indivíduos e das organizações, não só na manutenção da ordem pública como na sua construção, e, conseqüentemente, na prevenção da criminalidade, sob pena de cairmos no terrível círculo vicioso: maior repressão, mais criminosos nas ruas, maior policiamento nas ruas, e assim indefinidamente. Manuel Lopes Rey, estudioso do fenômeno da criminalidade, distingue que prevenção significa programas ou políticas para evitar que a pessoa se torne delinqüente. Controle é o policiamento nas ruas para evitar que as pessoas já se tornaram criminosas tenham oportunidade de delinqüir. (OLIVEIRA, 2003, p.67).

2.2.4 Policiamento Ostensivo

Policiamento ostensivo, de competência da Polícia Militar, são todos os meios e formas de emprego da Polícia Militar, em que o policial é facilmente identificado pela farda que ostenta, como principal aspecto e de equipamentos, aprestos, armamento e meio de locomoção, para a preservação da ordem pública, observando critérios técnicos, táticos, variáveis e princípios próprios da atividade, visando a tranqüilidade e bem estar da população.

2.2.5 Policiamento Proativo

“É o conjunto de ações que a polícia pode executar com um espírito de preservação e assistência, com o fim, por um lado, de evitar que determinadas pessoas caiam na delinquência e, por outro, que certas pessoas nela perseverem e, por outro lado, que certas pessoas se convertam em vítimas de algum delito”.do crime.

A prevenção do crime deve ser feita de forma articulada entre as diferentes áreas e atores sociais: saúde, educação, trabalho, justiça, polícia, administração penitenciária, mídia, sociedade civil, setor privado.

2.2.6 Policiamento Reativo

Nesse caso o policial apenas reage a uma solicitação realizada pelo cidadão, como por exemplo, uma chamada ao telefone 190 relatando a ocorrência de um determinado crime em uma dada área; ou a abertura de um inquérito policial para a prisão dos suspeitos de terem cometido o delito. (RICO e SALAS, 1992. P.99),

“Essa tarefa implica fundamentalmente, após a prática de um delito, na investigação sobre o mesmo, na busca e prisão da pessoa suspeita e na coleta de provas suficientes para justificar posteriormente a ação penal”. Ou seja, o policiamento reativo é o que se denomina como repressão à criminalidade.

2.2.7 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é uma filosofia e uma prática empresarial voltada para a viabilização de ações que levem a empresa ou instituição a comprometer-se com a comunidade em que se inserem. Isso significa respeitar seus funcionários, oferecendo-lhes um ambiente de trabalho favorável, propiciando-lhes treinamento, possibilidade de ascensão profissional e remuneração adequada, valorizando sempre a sua participação no processo de tomada de decisões.

Esta consciência passa a ser gradativamente assumida pelas empresas modernas e hoje já se constitui num indicador importante para os profissionais que

buscam trabalho e para os consumidores que anseiam por produtos e serviços. Uma empresa, que não é social responsável, pelos critérios atuais (a vigilância do consumidor e do cidadão é cada vez mais intensa) jamais poderá ser considerada de excelência, ainda que fabrique produtos e preste serviço de qualidade. A sociedade questionará sempre, movida por esta nova consciência, a empresa que auferir altos lucros, mas agride o meio ambiente, porque estes dois fatos são incompatíveis e uma empresa líder não pode conviver com estas contradições.

2.3 ATIVIDADES OPERACIONAIS PREVENTIVAS DA POLÍCIA MILITAR

Dentro das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar, corroborada com a sua missão constitucional, que tem como primordial a prevenção, a seguir serão feitas considerações sobre algumas destas ações preventivas da corporação, que se realizado de forma eficiente e eficaz surtem efeitos positivos na população, os quais citamos o Policiamento Motorizado, o Policiamento à Pé, o Policiamento a Cavalo, a Operação Escudo e a Força Samurai.

2.3.1 Policiamento Motorizado

É aquele que é realizado com viaturas com duas ou mais rodas, porém, a utilização do automóvel (veículo com quatro rodas) é o que caracteriza. O emprego do automóvel no patrulhamento bastante diversificado seja quanto ao tipo de veículo, marcas, modelos, equipamentos, apresentação, tripulação e atividade. Dentre este tipo de policiamento, a Radiopatrulha ficou caracterizada do policiamento ostensivo motorizado, pois este era composto de um conjunto de homens e materiais, empregados de forma técnica, tática e operacional, em permanente contato com uma central de operações policiais militares e sob o seu controle e coordenação permanente. Cabe ressaltar que neste tipo de policiamento torna-se indispensável à utilização de Cartão-Programa

2.3.2 Policiamento a Pé

É aquele que é realizado a pé, dentro do que compete ao Policiamento Ostensivo geral, que é prover a segurança pública essencial à comunidade, atuando de forma preventiva, como premissa maior e repressiva como premissa menor. O Policiamento a pé é geralmente aplicado em duplas, ou de da mesma forma, porém, divididos, com a atenção de que um policial não perca a visibilidade do outro. Seu emprego normalmente é direcionado para locais de grande concentração pública.

2.3.3 Policiamento à Cavalo

É uma variação da aplicação do policiamento ostensivo geral, já que o seu diferencial está no emprego do cavalo como meio de locomoção. É sem dúvida o mais tradicional em todas as instituições policiais.

Utilizando o cavalo, como meio de locomoção, o policial, nas atividades de polícia geral, pode executar patrulhamento, permanência em determinado ponto base, realizar diligências e escoltas, bem como apoio operacional ao efetivo empregado a pé.

2.3.4 Operação Escudo

A operação Escudo é um reforço concentrado no policiamento feito pela Polícia Militar, que se dá a partir de alterações nas escalas de serviço, fazendo com que um maior contingente de Policiais Militares esteja em condições de atuar nos horários onde a necessidade de policiamento é maior, visando proporcionar ao cidadão uma garantia de maior tranquilidade.

Esses horários são apontados pelo Geoprocessamento – Mapa do Crime realizado pelo programa desenvolvido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Curitiba foi a primeira cidade a receber a Operação Escudo, que já foi lançada em Colombo, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Araucária, Pinhais e Piraquara.

2.3.5 Narcodenúncia - 181

É um programa do Governo do Estado criado para combater o tráfico de drogas e prender os traficantes. Ao ligar para o 181, sua denúncia é registrada e será investigada, e se o tráfico estiver ocorrendo nesse momento, imediatamente será encaminhada uma viatura da PM para prender os traficantes.

O objetivo do programa criado inicialmente com a denominação de 161 – NARCODENÚNCIA foi criar uma grande corrente de combate ao narcotráfico em todo o território paranaense, com a participação direta da comunidade em parceria com o Estado, pois as grandes apreensões de drogas são geralmente em decorrência de denúncias recebidas, e agora a população tem um canal aberto para poder efetuar suas denúncias sem receio de ter a sua segurança ou a de seus familiares colocada em risco, pois todas as denúncias são seguras, já que não é registrado o número do telefone que de onde está sendo feito o contato, nem tampouco é pedido algum tipo de identificação para quem está fazendo a denúncia. As denúncias podem ser efetuadas de qualquer telefone, sem nenhum custo para a população, e a segurança é total, assim sendo, as pessoas podem fazer as suas denúncias do telefone instalado em sua casa, pois o governo do Estado garante o sigilo de sua ligação e que a privacidade do denunciante em momento algum será exposta.

Pois, assim como o Super Herói que combate o crime, mas tem sua identidade secreta preservada, a população agora também pode se tornar um Super Herói e combater o crime e em especial os traficantes de drogas, que se hoje não estão vendendo drogas para alguém de sua família, com certeza amanhã poderão estar.

2.3.6 Força Samurai

A Força Samurai é a mais nova organização da Polícia Militar do Paraná, para o enfrentamento da criminalidade, com prioridade para atuar contra o narcotráfico em todo o Paraná.

Ao criar esta equipe, a Corporação quer buscar identificar o traficante, saber de que forma ele atua e posteriormente através do processamento das informações levantadas, realizar prisões necessárias para evitar que todos os tipos de entorpecentes cheguem aos pontos de distribuição.

A Força Samurai tem por objetivo também de contribuir de forma significativa com o trabalho da Polícia Civil e Federal no combate ao Narcotráfico, trabalhando com inteligência e disciplina pra evitar que a droga, este mal que assola a humanidade, continue a fazer mais e mais vítimas.

A Força Samurai vai atuar a partir dos telefonemas do 181 – Narcodenúncia que é um sistema de recebimento de informações sobre o tráfico de drogas e posteriormente a parte operacional ficará por conta da Companhia de Polícia de Choque.

2.4 AÇÕES COMUNITÁRIAS PREVENTIVAS DA POLÍCIA MILITAR

Dentro das ações do Governo do Estado do Paraná, algumas por meio de parcerias com outros órgãos, a seguir serão feitas considerações sobre algumas destas ações comunitárias desenvolvidas dentro da Polícia Militar do Paraná, tais como: Bombeiro Comunitário, Patrulha Escolar Comunitária, Proerd, Programa Formando Cidadão/Cidadã e Projeto Povo.

2.4.1 Projeto Povo

É o tipo de policiamento ostensivo geral, nos processos a pé e motorizado, nas modalidades de patrulhamento e permanência, de circunstância ordinária, urbano, diuturno, desdobrado no terreno, com limites de responsabilidade territorial e geográfica perfeitamente definida, desenvolvida junto à comunidade para interação e integração, com a filosofia de Polícia Comunitária.

2.4.1.1 A Concepção de Polícia Comunitária

Em países diferentes, as organizações policiais promoveram experiências e inovações com características diferentes. Mas, algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário.

Conforme Bayley e Skolnick (2001), quatro são as inovações consideradas essenciais para o desenvolvimento do policiamento comunitário:

- a) organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade;
- b) reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não emergenciais e para organizar e mobilizar a comunidade para participar da prevenção do crime;
- c) descentralização do comando da polícia por áreas;
- d) participação de pessoas civis, não policiais, no planejamento, execução, monitoramento e ou avaliação das atividades de policiamento

Segundo os autores citados abaixo a atividade de Polícia comunitária é conceituada da seguinte forma:

[...] um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de os seis grandes. São eles a polícia, a comunidade, as autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia (Bondaruck e Souza, 2004, p 48).

2.4.2 Patrulha Escolar Comunitária

Repetindo e reforçando as considerações anteriores sobre o Projeto POVO, o Policiamento Escolar, citado doutrinariamente como “orientação particular para o planejamento e execução de atividades operacionais” (Diretriz nº 004/2000 – PM/3), executando na forma de Patrulha Escolar Comunitária, também nada mais é que a basilar atividade de “policiamento ostensivo” em “ação de presença” que deve atuar precipuamente preventivamente. A prevenção se dá pela observação da filosofia de Polícia Comunitária, ou seja, pela aproximação da escola e do seu ambiente,

ampliando a segurança no local e em seu entorno; pelo esclarecimento de dúvidas sobre o trabalho policial, pelo assessoramento à escola quanto à segurança; e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais.

2.4.3 Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência - PROERD

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência consiste em uma das ações que compõe as políticas públicas estaduais de segurança pública, de educação, saúde e de construção de cidadania, através da ação de prevenção às drogas e a violência.

Como atividade educativa de prevenção primária, foi implantada a partir do 2º semestre letivo de 2000 pela Polícia Militar do Paraná, e é aplicado nas 4ª e 6ª séries do ensino fundamental em escolas públicas e particulares de ensino. O Programa conta ainda com o curso de pais, destinado aos pais ou responsáveis, professores e profissionais de diversas áreas de educação.

O Proerd é baseado originalmente no Programa Norte Americano denominado Drug Abuse Resistance Education – D.A.R.E, criado nos Estados Unidos do Brasil no ano de 1983, tendo passado por intensa adaptação à realidade brasileira e contextualizado na sociedade paranaense para as comunidades estudantis onde é aplicado por policiais militares que são denominados de educadores do PROERD.

No Paraná, com a finalização do segundo semestre de 2006, conta com aproximadamente 650 mil alunos formados no Programa que são os protagonistas de ações de educação preventiva e da cultura da paz, no esforço cooperativo entre as famílias, escola, comunidade e Polícia Militar do Paraná.

2.4.4 Bombeiro Comunitário

Idealizado no atual Governo o projeto Bombeiro Comunitário – criado no ano de 2005, é uma parceria entre o Governo do Estado do Paraná e municípios com população superior a 15000 habitantes e que tenham interesse em contar em seu município com uma equipe preparada para atender ocorrências afetas à área de

socorro público, como por exemplos em incêndios e as calamidades públicas, sempre com uma equipe de primeiro combate. O que se pretende com esse projeto é atender um antigo anseio da maioria dos municípios do estado, ou seja, vir a ter uma entidade que possa fazer frente às calamidades, infelizmente tão comuns aos centros de adensamento urbano, de maior ou menor intensidade, sem, no entanto aumentar demasiadamente o quadro de funcional do Corpo de Bombeiros profissional do estado.

Desta forma, compete ao Estado disponibilizar para os municípios interessados a Viatura de Combate a incêndios com tanque de água com capacidade de 5000 litros e equipamentos básicos de combate á incêndios, rádio, treinamento e qualificação periódica, além de acompanhamento permanente das atividades. Ainda nesse campo, o Estado proverá o financiamento de um Posto de Bombeiro Comunitário (PBC) no valor aproximando de R\$ 150.000,00, sendo 20% a fundo perdido e 80% financiado pelo Projeto Paraná Urbano II.

A principal premissa do projeto compreende a utilização dos Bombeiros profissionais e agentes de defesa civil, onde aqueles atuarão na formação, coordenação e fiscalização do projeto e estes serão diretamente aplicada nas ações de combate a incêndios e defesa civil dos municípios.

Primeiramente serão abrangidos os municípios desprovidos de unidades do Corpo de Bombeiros, sendo que a título de experiência serão implantadas unidades nos municípios de Pitanga, Prudentópolis, Campina Grande do Sul e Lapa.

2.4.5 Formando Cidadão

Outro programa desenvolvido pela Polícia Militar é o Formando Cidadão, que tem por finalidade, por meio de seus órgãos envolvidos, possibilitar aos participantes do projeto, cidadania plena por meio de inserção social de adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, com ou sem vínculo familiar que desenvolvem atividades geradoras na renda na rua, com a proposta ainda de convivência e de ação educativa que auxiliem o desenvolvimento integral, preparando-o para o exercício da cidadania.

Este Programa promove o contato de adolescentes em situação de risco com a sociedade, objetivando benefícios concretos de sensibilização à comunidade e em especial aos próprios adolescentes que acabam por aprender regras de conduta e convivência passando a valorizar a educação e o trabalho como instrumentos de sobrevivência e dignidade resgatando o vínculo familiar possibilitando-lhes usufruir um espaço educativo conforme preconiza o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Objetiva primordialmente o ingresso e a permanência dos adolescentes na Escola. São ofertadas mensalmente uma cesta básica ou bolsa auxílio, oportunizadas através das parcerias. Em contrapartida a família deverá comprometer-se em cumprir com as atribuições de sua competência, apontadas pelo Programa como se responsabilizar pelo cuidado e encaminhamento de seus filhos, trabalho e sustento da família.

O Projeto iniciou suas atividades no Paraná com a mobilização das ações via Secretaria de Estado da Criança e de assuntos da Família, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Ministério do Exército – Quinta Região Militar e Provopar Estadual, que em parceria com as Prefeituras Municipais, Associações Comerciais e entidades não-governamentais promoveriam o atendimento supracitado.

Nas Unidades da Polícia Militar, o programa está sendo desenvolvido no Regimento de Polícia Montado e 13º Batalhão de Polícia Militar, e realizado no contra-turno escolar e devem estar em conformidade com as diretrizes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente – CCMDCA.

2.4.6 Blitz da Cidadania

É uma ação da Secretaria da Segurança Pública que promove a cidadania através da aproximação efetiva dos Policiais Cíveis e Militares com os moradores das comunidades mais carentes de todo o Paraná.

A Blitz é uma espécie de feira de serviços da segurança pública que leva gratuitamente até essas regiões escolhidas, confecções de carteiras de identidade, cursos de primeiros-socorros, dicas de segurança, palestras de prevenção sobre

violência doméstica e violência contra crianças, adolescentes e mulheres e diversos outros programas de auxílio a população.

Para a Secretaria de Estado da Segurança Pública, o contato direto da população com os policiais e com toda a estrutura da segurança e o exercício pleno do conceito de polícia cidadã. Todos os eventos da Blitz Cidadania contam sempre com o apoio efetivo dos Consegs locais, das associações comunitárias, paróquias, colégios e escolas e diversas Organizações não governamentais(ONGs).

Participam da feira de serviços, pelo menos vinte unidades das Polícias Civil e Militar, como o Hospital da polícia Militar com seus dentistas, Força Verde e Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente com orientações sobre crimes ambientais, Nuciber com dicas sobre Internet, Delegacia do Consumidor com orientações sobre o Código de Defesa do Consumidor, 181 – Narcodenúncia, Proerd e Divisão de Narcóticos com palestras e mostras educativas, sobre malefícios do consumo de drogas lícitas e ilícitas. Também acontecem durante a feira, apresentações com os cavalos do Regimento de Polícia Montada e com os cães do Centro de Operações Especiais (Cope). No local, uma tenda de Ouvidoria das Polícias orienta a comunidade e também recebe denúncias. O Centro de Educação Física do Corpo de Bombeiros oferece para as crianças diversas atividades esportivas como futebol, pingue-pongue, parede e escaladas e simula até mesmo os exercícios físicos aplicados para os policiais nas suas academias.

Na área de educação para o trânsito, estão presentes o Batalhão de Polícia de Trânsito, o Batalhão de Polícia Rodoviária e também o detran. Um posto avançado do Instituto de Identificação está no local fazendo carteiras de identidade gratuitamente para a população com a confecção de fotos gratuitas. Policiais do Nucria e o Sicride também estão sempre presentes orientando mães sobre abusos contra a infância e a adolescência.

As bandas da Polícia Militar e do Proerd, além do teatro de bonecos apresentado pelo Corpo de Bombeiros, estão em todas as Blitz, levando para a comunidade orientação e muita diversão.

A Blitz da Cidadania é uma das atividades promovidas pela Coordenadoria de Ações Comunitárias da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná. A Coordenadoria foi criada pelo Secretário Luiz Fernando Delazari com o objetivo de

incluir projetos sociais de inclusão e promoção de cidadania como mais uma política pública de combate à criminalidade.

2.5 FERRAMENTA ESTRATÉGICA OPERACIONAL

Os órgãos de segurança buscam, em suas atividades operacionais, implementar ações que surtam resultados satisfatórios, procurando sem sombra de dúvidas atingir como beneficiado deste trabalho, a população, porém, não basta apenas ter o efetivo e a viatura a sua disposição, há necessidade de conhecer as ferramentas estratégicas que direcionam a aplicação do policiamento, tanto que veremos abaixo, o que o governo e as Polícias dispõe para cumprir tal objetivo.

2.5.1 Geoprocessamento

O geoprocessamento é o processamento informatizado de dados georreferenciados. Utiliza programas de computador que permitem o uso de informações cartográficas (mapas, cartas topográficas e plantas) e informações a que se possa associar coordenadas desses mapas, cartas ou plantas.

É um conjunto de conceitos, métodos e técnicas erigido em torno do processamento eletrônico de dados que opera sobre registros de ocorrência georreferenciados, analisando suas características e relações geotopológicas para produzir informação ambiental. Pode ser utilizado para diversas aplicações.

O Geoprocessamento pode ser entendido como um conjunto de tecnologias aplicadas à coleta e ao tratamento de informações espaciais para um objetivo específico. Assim as atividades que envolvem o geoprocessamento são executadas por sistemas específicos de acordo com cada aplicação. Esses sistemas são comumente conhecidos como Sistema de Informação Geográfica(SIG).

2.5.2 Análise Criminal

Segundo Dantas e Souza (2004), a Análise Criminal é genericamente, a coleta e análise de informação pertinente ao fenômeno da criminalidade. Através dela, grandes quantidades de dados criminais podem ser analisadas para detecção de padrões criminais; estabelecimento de correlações entre delitos e autores; determinação de perfis de alvos e respectivos delinquentes habituais e mesmo a previsão do cometimento de crimes.

O policial americano Steven Gottlieb (apud DANTAS e SOUZA 2004) dá a seguinte significação ao termo:

É um conjunto de processos sistemáticos(...)direcionados para o provimento de informação oportuna e pertinente sobre os padrões do crime e suas correlações de tendências, de modo a apoiar as áreas operacional e administrativa no planejamento e distribuição de recursos para prevenção e supressão de atividades criminais, auxiliando o processo investigativo e aumentando o número de prisões e esclarecimento de casos. Em tal contexto, a análise criminal tem várias funções setoriais na organização policial, incluindo a distribuição do patrulhamento, operações especiais e de unidades táticas, investigações, planejamento e pesquisa, prevenção criminal e serviços administrativos (como orçamento e planejamento de programas).

2.5.3 Mapeamento do Crime

É parte integrante do processo conhecido hoje como análise criminal. O mapeamento da criminalidade tradicional consistia em fixar alfinetes em um mapa de determinada região. Essa forma rudimentar trazia sérias limitações, mesmo indicando onde os crimes aconteciam. Quando eram atualizados, os padrões de criminalidade anteriores eram perdidos.

Com o advento da tecnologia da informação, podem ser feitos mapas de alfinetes virtuais no computador, utilizando esses ou outros ícones como símbolos.

Os crimes ocorrem no tempo e no espaço e não há dúvida de que o tempo é um elemento importante do mapeamento da criminalidade, devido ao modo como se organizam as instituições policiais, por exemplo, em regime de escala de serviço(turnos).

Os locais de patrulhamento podem diferir de acordo com turno de serviço. Os comandantes têm à disposição mapas da criminalidade conforme os turnos, e os

recursos devem ser alocados diferentemente às 24 horas do dia, cabendo destacar que a criminalidade muda em determinado bairro, em determinado período de tempo.

2.5.4 O Mapa do Crime no Paraná

Desenvolvido e em prática desde 2004, no Estado do Paraná, é utilizado como instrumento de prevenção e combate à criminalidade. O mapa do crime utiliza o geoprocessamento como ferramenta e foi desenvolvido por um grupo multidisciplinar composto por vários técnicos de várias secretarias e outros órgãos.

O mapa do crime é um instrumento que permite processar as ocorrências criminais a partir dos dados extraídos dos boletins de ocorrências das Polícias Civil e Militar e mapeá-los por locais, períodos e tipo de crime.

É uma questão de estratégia, a finalidade é facilitar a análise e o planejamento operacional das forças policiais, sendo assim uma forma mais científica de combater a criminalidade.

Atualmente a coordenação do Geoprocessamento está com a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

2.5.5 Demanda Reprimida

A demanda pode ser interpretada como procura, mas nem sempre como consumo, uma vez que é possível demandar (desejar) e não consumir (adquirir) um bem ou serviço. A quantidade de um bem que os compradores desejam e podem comprar é chamada de quantidade demandada. A quantidade demandada depende de variáveis que influenciam a escolha do consumidor pela compra ou não de um bem ou serviço: o seu preço, o preço dos outros bens substitutos ou complementares, a renda do consumidor e o gosto ou preferência do indivíduo. Para estudar a influência dessas variáveis, considera-se separadamente a influência de cada uma nas decisões do consumidor. Como a demanda é o desejo ou necessidade apoiados pela capacidade e intenção de compra, ela somente ocorre se um

consumidor tiver um desejo ou necessidade, se possuir condições financeiras para suprir sua necessidade ou desejo e se ele tiver intenção de satisfazê-los.

Na área da segurança pública, a demanda reprimida caracteriza-se pelo não atendimento de ocorrências policiais, quando solicitado pelo solicitante.

Dentre os motivos que levam a esta situação, destaca-se o anão atendimento por falta de viatura disponível, pela duplicidade de acionamento pelo solicitante, quando repassado para outros órgãos e quando cancelado pelo próprio solicitante.

O que preocupa efetivamente a Corporação é a demanda reprimida provocada por falta de viatura disponível, pois, um minuto, é uma eternidade para quem aciona e aguarda a chegada de uma equipe policial para o atendimento de uma ocorrência policial.

2.5.6 Cartão Programa

É uma ordem de policiamento, que deve ser cumprida e que emana do comando da unidade, através de um estudo estratégico do setor de planejamento da organização, para aplicação do policiamento ostensivo, quer a pé, motorizado ou montado em local e horário pré-determinado, visando com isto, minimizar os problemas da área de segurança pública e controle operacional.

2.6 ESTRUTURA OPERACIONAL

Torna-se indispensável avaliar-se a seguir, a questão dos recursos humanos e materiais, disponíveis na Corporação, isto em razão, da missão fim da instituição Polícia Militar, que tem a responsabilidade preventiva e para tal deve dispor também de meios para que a população tenha uma tranquilidade pública e confie nos órgãos de segurança.

2.6.1 Recursos Humanos

O trabalho humano em organizações tem merecido a atenção de muitos estudiosos, tentando compreender os fatores que influenciam o desempenho das pessoas no ambiente de trabalho. Isto porque tudo que uma organização é capaz de realizar depende, em última análise, das pessoas com que conta. Planejamento, marketing, direção, controle, arrecadação de fundos e as atividades fim estão diretamente relacionados aos conhecimentos, atitudes e habilidades que as pessoas trazem e desenvolvem ao longo de sua vida pessoal e profissional.

As Polícias Militares precisam competir, precisam ser agressivas e devem oferecer condições para atração de pessoal. Há necessidade de um permanente planejamento, voltado para as qualidades humanas do pessoal alvo. Dentre as bases da utilização da mão obra disponível, realçam: o grau de profissionalização, o tempo de serviço, o acesso aos novos postos e graduações e a rotatividade, sempre expressas em percentual e fazendo reagir estes percentuais traduzidos em relação à população de um dado território.

Tratando-se de indicadores para a fixação de efetivos, não existe no Brasil critério definido e aceito por todos os Estados-Membros para a fixação dos efetivos das Polícias Militares para as atividades de policiamento ostensivo.

Se por um lado, o parâmetro proposto pela Organização das Nações Unidas(ONU) seja de 1,0(um) policial para 250(duzentos e cinquenta) habitantes, técnicos americanos chegaram a conclusão de que o efetivo necessário para o sistema policial local varia de 1,5(um e meio) a 2,5(dois e meio) policiais para cada 1000(mil) habitantes, tanto na área urbana como na rural.

Considerando a realidade brasileira, notadamente em relação às polícias militares que, na maioria dos Estados, sofrem limitações materiais e humanas significativas e considerando-se, ainda a ascensão da criminalidade e da violência, adaptando-se para o Policiamento ostensivo no Brasil, pode-se considerar, conforme estudo e trabalho realizado pelo Cel PM RR Carlos Octávio Valente Aimoré, por ocasião do Curso Superior de Polícia na Polícia Militar de São Paulo, em 1978, o indicador relativo ao policiamento geral, propugna-se a relação de 1,0(um) para 500(quinhetos) habitantes, tendo como variáveis, a criminalidade, material

disponível, qualidade dos recursos, efetivo e qualificação da polícia judiciária, renda per capita e população flutuante.

Hoje, considerando a população do Estado do Paraná de 10.284.503 e o efetivo previsto que é de 21.342, a proporção é de 01(um) Policial Militar para cada 478(quatrocentos e setenta e oito) habitantes, considerando que está inserido no efetivo do Corpo de Bombeiros e os quadros de especialistas. Considerando a população citada acima e o efetivo existente da Polícia Militar, que é de 17.588, a proporção é de 01(um) Policial Militar para 584(quinheiros e oitenta e quatro) habitantes.

Considerando a população do Estado do Paraná que é de 10.284.503 e o efetivo previsto que é de 17432, sem contar o Corpo de Bombeiros, e os quadros especialistas da Corporação, a proporção é de 01(um) Policial Militar para cada 589(quinheiros e oitenta e nove) habitantes. Considerando a população do Estado do Paraná que é de 10.284.503 e o efetivo existente que é de 14.425, sem contar o Corpo de Bombeiros, e os quadros especialistas da Corporação, a proporção é de 01(um) Policial Militar para cada 712(setecentos e doze) habitantes.

2.6.2 Recursos Materiais

Não há como uma empresa funcionar sem a existência de recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais.

Com a crescente concorrência existente por uma participação no mercado consumidor, as empresas buscam identificar formas de melhorar seus desempenhos, encontrando maneiras diferentes de obterem vantagens competitivas. Uma das formas de obter uma vantagem, se não competitiva, mas pelo menos comparativa é através de uma boa gestão dos recursos materiais e patrimoniais.

A tendência aponta para uma necessidade crescente no desenvolvimento de técnicas de previsão que possibilitem minimizar as possibilidades de erro na administração dos recursos materiais. Será necessária que a área de materiais e seu administrador sejam os mais dinâmicos possíveis de forma a responder de

forma rápida a movimentação do mercado. Para isso um excelente suporte de informática é fundamental, fornecendo as informações em tempo real.

A integração entre as empresas, fornecedores e compradores, deve ser cada vez mais intensa buscando ganhos para a cadeia como um todo.

A Polícia Militar como prestadora de serviços, depende para proporcionar a tranquilidade pública para a população, quer através do policiamento preventivo, quer pelo policiamento reativo, necessitam de recursos materiais, para atender os objetivos da Corporação, principalmente viaturas policiais militares.

Hoje considerando a população do Estado do Paraná que é de 10.284.503 e o número total de viaturas, administrativa e operacional, e motocicletas que é de 3733(três mil setecentos e trinta e três), a proporção é de 01(uma) Viatura Policial Militar para cada 2755(dois mil setecentos e cinquenta e cinco) habitantes e considerando somente as viaturas operacionais que é de 2661(duas mil seiscentos e sessenta e uma) para a mesma população, proporção fica de 01(uma) Viatura Policial Militar para 3864(três mil oitocentos e sessenta e quatro) habitantes.

2.7 FATORES SOCIAIS E A CRIMINALIDADE

Os conhecimentos apurados dos fatores sociais são extremamente importantes para os profissionais de segurança pública, em virtude de que eles influenciam diretamente o planejamento de toda a ação policial.

De acordo com pesquisa elaborada por LAZZARINI em 1995, citado por VALLA (1999, p69), bem como por dados apontados pelo Projeto Segurança para o Brasil (2003, p.10-11), chega-se a conclusão que os fatores de origem da criminalidade, que interferem diretamente no campo da segurança pública e que são geradores de violência são os seguintes: Crescimento populacional acelerado; A má distribuição demográfica; A distribuição inadequada de renda; A falta de planejamento familiar; A natalidade irresponsável; A falta efetiva de políticas públicas, que priorize investimentos na área sanitária e educacional; O problema do menor; Pobreza relativa e moradia inadequada; apoio familiar inconsistente; exclusão da escola; Superlotação de presídios e inexistência de uma s.política de droga.(OLIVEIRA, 2004, p.17 e 18)

2.7.1 Problemas Sociais

Embora o Brasil tenha avançado na área social nos últimos anos, ainda persistem muitos problemas que afetam a vida dos brasileiros. Abaixo listaremos uma relação dos principais problemas brasileiros na atualidade.

2.7.1.1 Educação

Os dados sobre o desempenho dos alunos, principalmente da rede pública de ensino, são alarmantes. A educação pública encontra vários problemas e dificuldades: prédios mal conservados; falta de professores, poucos recursos didáticos, baixos salários, greves, violência dentro das escolas, entre outros. Este quadro é resultado do baixo índice de investimentos públicos neste setor. O resultado é a deficiente formação dos alunos brasileiros.

2.7.1.2 Pobreza

A pobreza pode ser entendida em vários sentidos, principalmente:

- Carência material; tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais.
- Falta de recursos econômicos; nomeadamente a carência de rendimento ou riqueza (não necessariamente apenas em termos monetários). As medições do nível econômico são baseadas em níveis de suficiência de recursos ou em "rendimento relativo". A União Européia, nomeadamente, identifica a pobreza em termos de "distância econômica" relativamente a 60% do rendimento mediano da sociedade.
- Carência Social; como a exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade. Isto inclui a educação e a informação. As relações sociais são elementos chave para compreender a pobreza pelas organizações internacionais, as quais consideram o problema da pobreza para lá da economia.

- Carência energética para mudar o que não pode ser mudado, o impossível esta dentro de vossa mente, a superação dos paradigmas faz a ponte de um estado-baixo em estado-alto. Falta de auto-estima, baixa espiritualidade.

2.7.1.3 Desemprego

Embora a geração de empregos tenha aumentado nos últimos anos, graças ao crescimento da economia, ainda existem milhões de brasileiros desempregados. A economia tem crescido, mas não o suficiente para gerar os empregos necessários no Brasil. A falta de uma boa formação educacional e qualificação profissional de qualidade também atrapalha a vida dos desempregados. Muitos têm optado pelo emprego informal (sem carteira registrada), fator que não é positivo, pois estes trabalhadores ficam sem a garantia dos direitos trabalhistas.

2.7.1.4 Violência e Criminalidade

A violência está crescendo a cada dia, principalmente nas grandes cidades brasileiras. Os crimes estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. Nos jornais, rádios e tvs presenciamos cenas de assaltos, crimes e agressões físicas. A falta de um rigor maior no cumprimento das leis, aliada as injustiças sociais podem, em parte, explicar a intensificação destes problemas em nosso país.

Toda vez que uma onda de violência atinge o Rio de Janeiro, uma série de discursos entra em pauta novamente para dar cabo aos problemas que assolam a segurança pública do Estado. Dentre eles, o de aumento de efetivo, o emprego do exército e - mais recentemente - o emprego da Força Nacional de Segurança. Juntamente com os discursos, se levantam os críticos de plantão para torcerem o nariz e se posicionarem contra, pois “esta não é a solução”.

Ora, todos sabemos que esta não é a solução. Ou alguém acredita que isso vai acabar com a violência no Rio de Janeiro? Mas afinal qual é a solução? Você sabe? Eu não sei. Ninguém sabe qual é “a” solução. Em geral a gente sabe o que não é a solução. Mas a solução em si, do tipo “faz isso que é tiro e queda”, isso ninguém sabe dizer. Ou acha que sabe. Até porque não são soluções simplistas que vão resolver um problema complexo como o da segurança pública. Nós podemos

até arriscar um conjunto de possíveis soluções, mas ainda assim não teremos certeza sobre sua eficácia, já que nunca foram implementadas. O Exército é a solução? Não! Mas patrulhando as quadras próximas às suas unidades e emprestando seus helicópteros será muito bem vindo.

Os críticos dirão que ele não é treinado para isso. Mas se é uma questão de treinamento, a Polícia Militar pode prepará-los, assim como preparou a Força Nacional de Segurança. O efeito seria o mesmo do policiamento ostensivo já feito pela PM: presença de homens fardados e armados, coibindo atividades delituosas. A Força Nacional de Segurança, embora seu emprego enseje uma série de problemas que têm passados despercebidos, também será bem vinda. Não são ideais como força de enfrentamento aos criminosos. Mas podem fazer bastante, dando suporte às operações locais e aumentando o patrulhamento em áreas sensíveis a ataques.

Para enfrentamento de criminosos, os policiais militares locais, articulados com as outras unidades, conhecedores das áreas de confronto e com sua própria doutrina e experiência seriam os mais adequados. Um aumento de efetivo também é bem vindo.

Não sei como a ONU chegou a esse número, (segundo o Tenente Cathalá, a ONU nunca confirmou esses números). Ora, a Polícia Militar tem um efetivo de 38 mil policiais e o Rio de Janeiro tem uma população de aproximadamente 15 milhões de habitantes. Ou seja, no Estado do Rio de Janeiro há somente um policial para aproximadamente 400 habitantes.

Voltando às ressalvas, nem a PM, nem a FNS e nem as Forças Armadas são onipresentes e não ocuparão permanentemente e de forma efetiva área nenhuma. Como bem lembrado pelo Tenente Cathalá, Bagdá tem 5,7 milhões de habitantes, pouco mais da metade da população da metrópole do Rio e é ocupado pelo sedizente melhor exército do mundo. E olha só como está aquilo lá.* O emprego do Exército e da FSN não deve somente objetivar a melhoria da sensação de segurança da população. Se tudo não passar de cenografia para inglês (e carioca) ver, a sensação de segurança irá pelo ralo e o governo estadual entrará em descrédito, logo nos primeiros dias. Todo esse esforço tem que obrigatoriamente resultar em redução significativa e controle das atividades criminosas.

O crime organizado se combate com sistemas e operações de inteligência. De nada adiantará a integração do governo estadual e federal no envio de tropas, se as agências de inteligência de ambas as esferas não estiverem igualmente integradas. Contudo, isso não é motivo para não desejarmos o emprego das tropas federais.

2.7.1.5 Desigualdade social

O Brasil é um país de grande contraste social. A distribuição de renda é desigual, sendo que uma pequena parcela da sociedade é muito rica, enquanto grande parte da população vive na pobreza e miséria. Embora a distribuição de renda tenha melhorado nos últimos anos, em função dos programas sociais, ainda vivemos num país muito injusto.

2.7.1.6 Habitação

O déficit habitacional é grande no Brasil. Existem milhões de famílias que não têm condições habitacionais adequadas. Nas grandes e médias cidades é muito comum a presença de favelas e cortiços. Encontram-se também pessoas morando nas ruas, embaixo de viadutos e pontes. Nestes locais, as pessoas possuem uma condição inadequada de vida, passando por muitas dificuldades.

2.7.2 Drogas

O problema das drogas é mundial e a busca de uma solução aceitável é de responsabilidade de toda a sociedade. Não se pode atribuir toda a culpabilidade ao Estado. As consequências do uso das drogas está afetando as pessoas, a família, enfim, toda uma comunidade, e o seu uso passou os limites da criminalidade, pois já é visto como problema de ordem social. Abaixo, veremos conceitos relativos a questão das drogas, problema este que atinge os órgãos de segurança.

2.7.2.1 Narcotráfico ou tráfico de drogas

É o tráfico de substâncias ilícitas, entorpecentes. O Narcotráfico é uma diminuição gramatical de Anarcotráfico, que por sua vez consiste em uma ramificação anarquista do tráfico que especificamente é responsável pelo contrabando de narcóticos. O fato de seu nome ser "narcotráfico" provém da fusão de alguns termos básicos: "anarquia" + "cocaína" + "tráfego" + "fico" + "maconha".

Atualmente um dos maiores expoentes internacionais nesse ramo é uma ONG que está há décadas na prestação de serviços desse tipo de atividade comercial, conhecida popularmente como *ASFARC - As Forças Anarcotraficantes Revolucionárias Comunistas*.

Os principais produtos narcotraficados pelo narcotráfico são os narcóticos, obviamente. O narcotráfico é responsável por realizar o cultivo, produção, refino, embalagem, distribuição, transporte, re-distribuição e comércio dos narcóticos. O maior empecilho para que efetuem essa atividade legal está em trazer a droga de fora do país. Atravessar a fronteira é relativamente fácil, mas é muito perigoso trazer para as favelas os entorpecentes, pois no caminho a mercadoria pode ser roubada, já que hoje em dia o Brasil não tem mais segurança.

Visando resolver esse problema, uma das maiores instituições criminosas da atualidade, o Primeiro Comando da Capital, resolveu inovar ao cultivar e produzir os produtos dentro do próprio Estado de São Paulo, no interior, onde a polícia é tão ou mais corrupta que na capital. Algumas vezes, até mesmo da própria periferia eles ousaram produzir os entorpecentes, para evitar que fossem roubados no transporte e distribuição.

A pobreza e a falta de educação formal são fatores que favorecem a produção e o tráfico de drogas, que é uma forma precária de sobrevivência para muitos camponeses pobres, explorados pelos narcotraficantes. A Colômbia é o país que mais sofre com esse problema. Estima-se que aproximadamente 75% da cocaína distribuída no mundo provém desse país. Apesar da tentativa do governo colombiano de combater os narcotraficantes, desmantelando os poderosos cartéis de Medellín e Cali, o narcotráfico se mantém no país rendendo bilhões de dólares. O aumento da violência em muitas cidades brasileiras se deve ao fato do país ter se tornado um dos corredores de escoamento da cocaína colombiana. O comércio de

drogas no mundo é altamente lucrativo. Em razão de ser ilegal e clandestino, não se sabe os valores com precisão, mas movimenta bilhões de dólares por ano.

2.7.2.1.1 No Brasil

É a lei 6368 de 1976 que rege as normas contra o tráfico de drogas, e tais crimes são de responsabilidade da Polícia Federal. No Brasil, a lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; que prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; ainda estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

2.7.2.1.2 No Mundo

O Narcotráfico é produzido em escala global, desde o cultivo em países subdesenvolvidos até seu consumo, principalmente nos países ocidentais, nos quais o produto final atinge um alto valor no mercado negro.

O consumo de drogas acarreta importantes conseqüências sociais: crime, violência, corrupção, marginalidade, entre outros. Por isso a maioria dos países do mundo proíbe a produção, distribuição e venda destas substâncias. Conseqüentemente, formou-se um mercado ilegal de entorpecentes e psicotrópicos.

2.7.2.2 Traficante de drogas

É o nome popular dado ao criminoso que faz ou comanda o tráfico, isto é, o transporte e a comercialização de entorpecentes não legalizados tais como cocaína, heroína, maconha, crack etc entre cidades vizinhas, estados ou mesmo continentes.

O Traficante de drogas é um criminoso, pois viola a lei Federal da proibição do comércio e transporte de narcóticos e está sujeito a penas altas de reclusão, podendo mesmo, se este for originário de outro país, responder por crime de tráfico

de entorpecentes em território Brasileiro, e estar sujeito a penas mais severas como extradição e condenação sem direito a julgamento.

Os Traficantes de drogas obtêm armamento e narcóticos nas fronteiras dos países como é o caso do Brasil, que possui uma vasta fronteira territorial que necessita de proteção intensiva, ou em outros casos, eles mesmos a produzem como na Colômbia em estruturas denominadas Cartéis de Drogas. A problemática do tráfico de Drogas é hoje, vista como uma questão alarmante nas diversas camadas das sociedades de todo o mundo, pois é um mal globalizado, que aparentemente não vêm sendo controlado através de medidas firmes por nenhuma autoridade governamental e seus danos à sociedade começam nos rastros de sangue e morte, proporcionados pela violência no comércio clandestino e ilegal e terminam em clínicas de recuperação de viciados e marginalizados.

3 METODOLOGIA

Metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer pesquisa científica, os quais respondem o como faze-la de forma eficiente.

3.1 CARACTERIZAÇÃO

A pesquisa é caracterizada por ser exploratória em sua finalidade, pois diligenciou, além da análise da pesquisa documental, da literatura pertinente e dos documentos que foram juntados neste trabalho, oriundos de outros estados da Federação, buscou ainda também através da pesquisa de campo, de forma qualitativa e quantitativa, avaliar os dados obtidos, processar e analisar os resultados e ao seu final, propor a implementação, mudanças ou a manutenção da forma de atuação da Polícia Militar, na questão preventiva, que faz parte da sua missão constitucional.

3.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada sob dois enfoques, questionário e entrevista: a primeira efetivando um questionário, em que foram distribuídos para 23 (vinte e três) Oficiais da Polícia Militar, que estão atualmente exercendo a função de Comandantes das Unidades Operacionais, sediadas na Capital e Interior do Estado do Paraná. O segundo questionário foi direcionado para as Policiais Militares da Bahia e Paraíba, com solicitação de informações sobre a questão da aplicação de funcionários civis no serviço administrativo das citadas corporações; O terceiro questionário foi direcionado para as Policiais Militares da Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Minas Gerais, visando coletar dados sobre as atividades preventivas desenvolvidas pelas referidas instituições. Foram realizadas entrevistas estruturadas com 05(cinco) profissionais, sendo 03(três) militares, a Secretária da Juventude do Estado do Paraná e uma Professora da Universidade

Federal do Paraná, tendo como enfoque principal, as ações comunitárias e os problemas sociais.

3.3 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

Os questionários respondidos pelos Comandantes de Unidades da corporação e os dados colhidos nas entrevistas realizadas foram devidamente analisados e processados. Os resultados dos dados quantitativos foram demonstrados com gráficos e quanto aos resultados obtidos através da pesquisa qualitativa (perguntas diretas, questionários e entrevistas) foram transportados para o referido trabalho, e suas respostas chegaram a determinada conclusão.

Cabe destacar que, de posse das informações e dos resultados obtidos, o objetivo foi chegar a uma conclusão, propondo ao final do trabalho, mudanças, implementações ou a manutenção das atividades atinentes a atuação preventiva da Polícia Militar do Paraná, visando desta forma atenuar o modelo reativo em atividade no meio policial.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Serão discutidos neste tópico, assuntos relativos aos modelos de polícia, a avaliação operacional das ocorrências policiais e demanda reprimida no Estado do Paraná, avaliação dos recursos disponíveis para efetivação das ações policiais, avaliação das ações comunitárias da corporação e análise dos resultados verificados por meio de pesquisa.

4.1 MODELO DE POLÍCIA

Neste tópico serão discutidos os modelos de polícia em atividade na Polícia Militar do Paraná, com as suas características e peculiaridades.

4.1.1 Proativo – Prevenção

O modelo de polícia proativa desenvolvido atualmente na corporação, visa cumprir especialmente a missão constitucional da Polícia Militar, que é a de executar o policiamento ostensivo fardado, agindo como ponto primordial à questão da prevenção.

Diante da consideração acima, varias ações da instituição se destacam nesta missão, entre elas citamos o patrulhamento ostensivo a pé, motorizado, a cavalo, onde os policiais militares, de posse de um cartão-programa e devidamente instruídos, realizam este tipo de policiamento, procurando sempre evitar que o delito aconteça.

Além das ações preventivas já elencadas, é importante ressaltar que as operações policiais militares, como a batida policial, bloqueio e blitz, têm o caráter também preventivo e seus resultados são satisfatórios, onde através das abordagens a pessoas e veículos, armas e drogas são apreendidas e pessoas procuradas pela justiça são retiradas de circulação.

É necessário destacar que a filosofia de policiamento comunitário em atividade pelos integrantes da Polícia Militar, onde com as suas ações, visam acima de tudo aproximar cada vez mais a polícia da comunidade, também deve ser considerado como um modelo de caráter preventivo, sendo que esta aproximação dentro da filosofia de Polícia Comunitária, vem ocorrendo através dos Conselhos

Comunitários de Segurança, que são controlados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná.

4.1.2 Reativo – Resposta à ocorrência policial.

O modelo de polícia reativa é caracterizado na sua essência pelo atendimento das ocorrências policiais, que entram através das solicitações via 190, ou de forma direta quando solicitante aborda a equipe policial que se encontra nas ruas a disposição da comunidade.

Este modelo de polícia, principalmente na capital do estado e nas grandes cidades do interior do Paraná, tendo em vista o volume de ocorrências atendidas diariamente pela Polícia Militar e pela própria cultura que se criou dentro das Unidades Operacionais, de forma inadequada, o policial militar, prioriza na sua atividade diária, de que a sua missão é reativa, pois assume o serviço na viatura policial e sai as ruas com o espírito inicial de reação, isto é, fica no aguardo do atendimento das ocorrências policiais, não priorizando a questão do proativo, que é na verdade deveria ser o seu principal objetivo.

4.1.3 Proativo e Reativo

Analizando a conjugação destes dois tipos de modelo de polícia, efetivamente há de se considerar que na prática esta situação é real.

Para mensurar este resultado, são utilizadas as estatísticas oriundas do geoprocessamento, de onde, através da elaboração e preenchimento dos Boletins de Ocorrências, os dados são processados pelo sistema, resultando no mapeamento do crime e estas informações são corroboradas pelos resultados extraídos do Siscopweb, que nos mostra a quantidade de ocorrências que deram entrada na Polícia Militar, através do fone 190, de onde são delineadas ações de caráter preventivo, como o policiamento ostensivo, quer a pé, motorizado ou a cavalo, e ações mais repressivas como as operações policiais, visando com estas duas ações, o proativo e o reativo, fazer com que o índice de criminalidade reduza, bem como, de forma estratégica, venha também a reduzir a demanda reprimida.

As unidades operacionais, além dos dados estatísticos, extraídos das ferramentas acima citadas, utilizam outras formas para direcionamento de suas

ações preventivas e repressivas, entre elas citamos o clamor público de uma determinada localidade, bairro ou região, motivado pela presença física da comunidade nas unidades da polícia militar, quer motivada através de abaixo-assinados, e pelo acompanhamento diário pelas notícias veiculadas pelos diversos meios de comunicação, não deixando de destacar que a participação efetiva dos Policiais Militares neste processo, pois estes, reténs, valiosas informações operacionais, que possam contribuir para que as ações policiais sejam realizadas e seus resultados sejam satisfatórios, no que tange aos problemas de segurança pública que afetam a sociedade.

4.2 AVALIAÇÃO OPERACIONAL

Abaixo são elencados dados operacionais relacionados ao volume de ocorrências policiais, bem como, a estatística no que se refere à demanda reprimida pela Polícia Militar do Paraná, quer na Capital, quer nas cidades localizadas no interior do estado.

OCORRENCIAS POLICIAIS E DEMANDA – JANEIRO A JUNHO 2008					
Natureza Região	População	Número de solicitações de Ocorrências	Número de Ocorrências atendidas	Demanda reprimida	% da Demanda reprimida
Capital	1.788.559	124.770	65.851	58.919	47,33
Interior	8.495.944	121.178	109.562	11.616	9,58
Total	10.284.503	245.948	175.413	70.535	56.91

QUADRO 1 – ESTATÍSTICA OPERACIONAL

Fonte: CPC/CPI –PMPR

O quadro mostra, de maneira geral, resultados quanto a ocorrências atendidas e as não atendidas das unidades subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital e Interior.

Observa-se que a somatória da população do interior é quatro vezes maior que a população da Capital, porém, analisando a questão policial, verifica-se que o número de ocorrências atendidas de janeiro a junho de 2008 na capital chega a ser 2,9% a mais que o interior, da mesma forma ocorre com o volume da demanda

reprimida, sendo registrado na capital 37,75% a mais, considerando o período de janeiro a junho de 2008.

Diante dos resultados obtidos, conclui-se que no interior, devido à posição geográfica, dos municípios, o tipo e a cultura da população que se manifesta principalmente nas pequenas localidades, prevalece por parte da Polícia Militar, ações de caráter preventivo, fazendo com que a corporação, execute na sua essência o policiamento comunitário, com a participação mais efetiva da comunidade, diferente da capital, que conta com uma população, menor que a somatória as cidades do interior, os problemas de criminalidade são maiores, em decorrência do perfil e cultura local, de uma população mais reservada e menos participativa, nos problemas que afetam a sociedade, e Curitiba, por ser concentrada geograficamente, também é atingida com problemas sociais de toda natureza, corroborando com o aumento da criminalidade, dificultando as ações dos órgãos de segurança, que através dos recursos humanos e materiais disponíveis, procuram de todas as maneiras, buscar alternativas para minimizar os problemas. de segurança pública.

OCORRENCIAS POLICIAIS E DEMANDA – JANEIRO A JUNHO 2008					
Natureza Região	População	Número de solicitações de Ocorrências	Número de Ocorrências atendidas	Demanda reprimida	% da Demanda reprimida
Unidades da Capital					
12 BPM	399.924	31.312	17.628	13.684	43,71
2 Cia	117.141	7.351	4.213	3.138	42,70
Bairro Batel	12.815	1.819	917	902	49,69
13 BPM	669.730	36.195	15.509	20.686	57,16
4 Cia	173.455	10.003	4.130	5.873	41,05
Bairro Sítio Cercado	111.423	6.022	2.428	3.594	59,69
20 BPM	657.356	36.385	20.441	15.944	43,83
4 Cia	242.936	16.350	8.839	7.511	45,93

Bairro Cajuru	97.686	4.572	2.677	1.895	41,45
Unidades do Interior					
1 BPM – Ponta Grossa	304.973	11.794	10.968	826	7,00
2 CIA –Irati	54.181	400	363	97	24,2
DPM Palmeira	14.121	11	8	3	27,2
4 BPM - Maringá	303.551	20.296	18.361	1935	9,5
Colorado 2 Cia	21.568	891	877	14	1,5
DPM Santa Fé	8.920	346	341	5	1,4
5 BPM - Londrina	462.528	24.188	21.869	2.319	9,5
2 CIA –Cambe	88.314	2.516	2.500	16	0,6
DPM Tamarana	9.714	5	4	1	20,0
6 BPM Cascavel	285.784	10.989	7.982	3.007	27,3
Cia- Assis Chateaubriand	32.226	219	214	5	2,28
Vera Cruz do Oeste	9099	06	06	0	0
14 BPM Foz do Iguaçu	309.113	7.349	6.719	630	8,5
2 Cia Medianeira	40.040	37	28	9	24,3
Dpm Missal	7.835	298	287	11	3,6

QUADRO 2 – ESTATÍSTICA OPERACIONAL – CAPITAL E INTERIOR

Fonte: CPC/CPI – PMPR

O quadro 2 acima mostra resultados detalhados dos municípios localizados no interior do Estado e de alguns bairros situados na cidade de Curitiba.

Os resultados indicam que o maior número de ocorrências acontecem nos locais onde a população é maior, porém, cabe destacar conforme já foi demonstrado anteriormente, que os níveis considerados de maior volume de ocorrências e demanda reprimida, são registrados na capital do estado, chegando no período de janeiro a junho de 2008, como exemplo, no Décimo Terceiro Batalhão de Polícia Militar, com uma população de 669.730 habitantes, foram atendidas 36.185(trinta e seis mil, cento e oitenta e cinco) ocorrências policiais e de uma demanda de 57,16% e no interior a cidade de Londrina, com uma população de 462.528 habitantes, no mesmo período foram atendidas 24.188(vinte e quatro mil, cento e oitenta e oito) ocorrências e uma demanda reprimida de apenas 9,5%.

Torna-se indispensável relatar que há necessidade de rever, principalmente, nas Companhias e Destacamentos da Polícia Militar, sediadas no interior do Estado, o funcionamento do Geoprocessamento, a digitação dos Boletins de Ocorrências Policiais e a utilização do Siscopweb, que tem a finalidade de registrar a ocorrência policial, via 190, proporcionando desta forma, condições de analisar o volume de ocorrências atendidas e a demanda reprimida.

CONTROLE DE PRESOS – DELEGACIAS DE POLÍCIA - PARANÁ					
UNIDADES	2004	2005	2006	2007	2008
CAPITAL	859	866	1167	1185	1371
DPMETRO	478	1367	670	723	1973
INTERIOR	5924	5874	6584	7278	10350
PARANÁ	7261	8107	8421	9186	13694

QUADRO 3 – QUANTIDADE DE PRESOS NAS DELEGACIAS DO PARANÁ

Fonte: POLICIA CIVIL/PR

Analisando o quadro que disponibiliza o quantitativo de detentos instalados nas Delegacias de Polícia do Estado do Paraná, denota-se que no período de 04(quatro) anos houve um crescimento de 88,5% do número de detentos, concluindo desta forma um aumento considerável da criminalidade, provocado por problemas sociais que assolam a sociedade, mas por outro lado, indicam produtividade dos órgãos de segurança. Os resultados neste campo nos direcionam da necessidade da construção de Penitenciárias, visando desafogar, as Delegacias de Polícia, fazendo com que os seus integrantes sejam efetivamente empregados na atividade de polícia judiciária/investigativa.

CONTROLE DE PRESOS – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO/DEPEN-PARANÁ							
1991	1992	1993	1994	1995	1996	2000	*2008
3.140	3.274	3.448	3.859	4.049	4.365	4.474	12.701

QUADRO 4 – QUANTIDADE DE PRESOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Fonte: DEPEN/PR - * JUL/2008

O resultado mostra a grande quantidade de detentos que se encontram instalados no Departamento Penitenciário, sendo que se somando com os detentos das Delegacias de Polícia, chega num total de 26.395 no Estado do Paraná. No período de 2004 a 2008, somente nas Penitenciárias Estaduais houve um aumento de 8227 detentos, o que perfaz um crescimento de 183,8%, quantidade preocupante para com o futuro do nosso Estado e conseqüentemente com o Brasil, principalmente com as políticas públicas a serem desenvolvidas pelos Governos e o envolvimento da sociedade, para minimizar os problemas de toda natureza, que vem afetando negativamente o nosso país.

4.3 AVALIAÇÃO DOS RECURSOS

Neste tópico serão discutidos e avaliados os aspectos relevantes ao crescimento da população do Estado do Paraná, bem como os elementos essenciais para funcionabilidade do Sistema de Segurança Pública, no âmbito da Polícia Militar, que os recursos humanos e os recursos materiais.

ESTADO/ANO	1980	1991	1996	2000	2008
PARANÁ	7.629.849	8.448.713	9.003.804	9.563.458	10.284.503

QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ

Fonte: IBGE

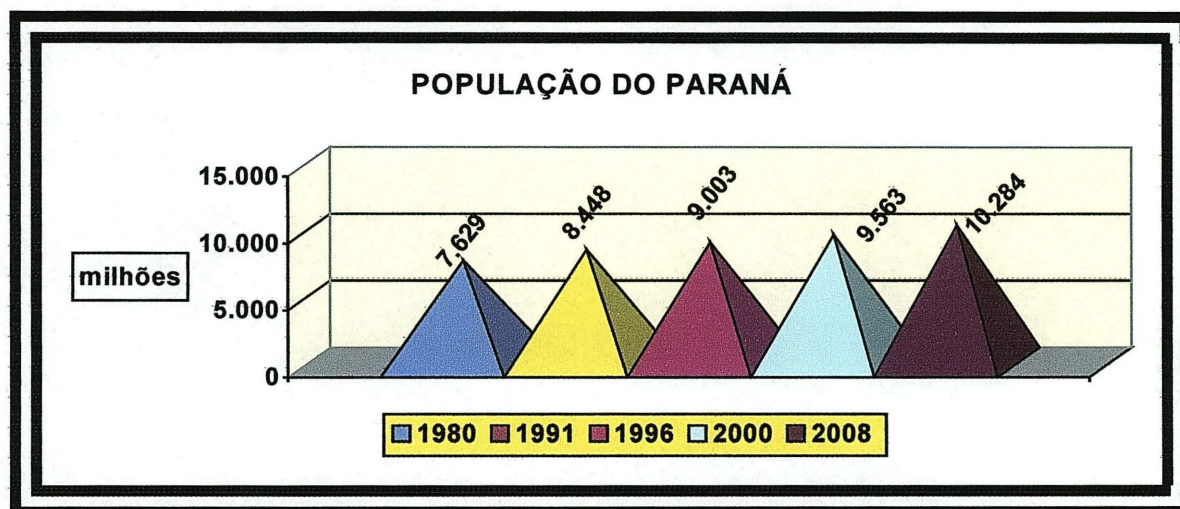


GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO DO PARANÁ

Fonte: O autor

O quadro 5 e o gráfico 1 acima, mostra que durante 28 anos, o Estado do Paraná teve um crescimento populacional em torno de 34,7%.

Com o crescimento da população, houve também o crescimento dos problemas sociais e conseqüentemente o aumento da criminalidade, pois apesar do efetivo ter aumentado percentualmente mais que a população, ainda ficou abaixo da criminalidade.

EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR							
1980		1990		2000		2008	
Previsto	Existente	Previsto	Existente	Previsto	Existente	Previsto	Existente
14.259	11.445	20.083	15.224	20.083	18.044	21.342	17.473

QUADRO 6 - EFETIVO

Fonte: PM/1

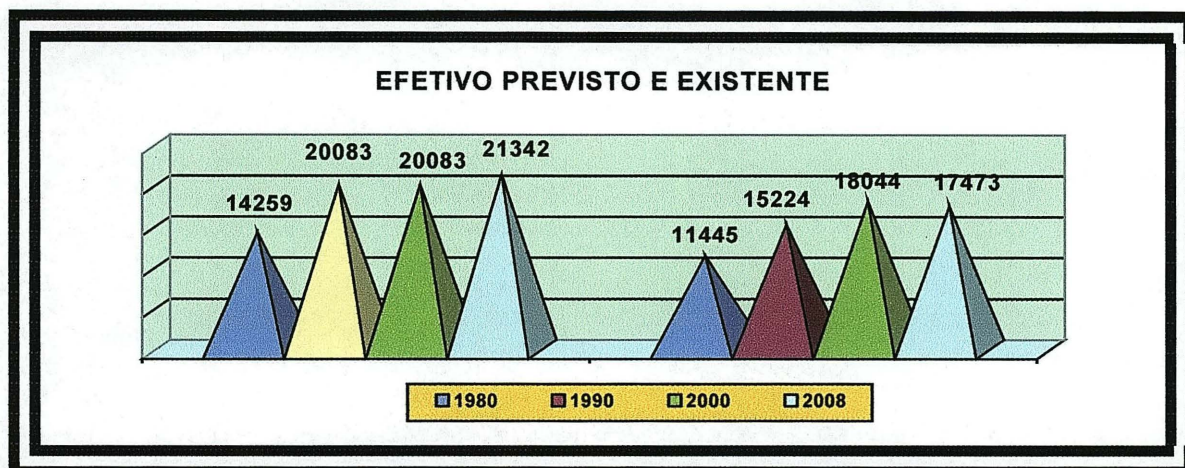


GRÁFICO 2 – EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Fonte: O autor

De acordo com os resultados registrados no quadro 6 e demonstrados no gráfico 2, denota-se que houve num período de 28 anos um aumento gradativo, tanto do efetivo previsto, quanto do existente da Polícia Militar, chegando a um crescimento do efetivo previsto de 49,6% e o existente de 52,6%.

Cabe destacar que a defasagem, conforme preconiza o Quadro Organizacional da corporação, atualmente é de 3869 policiais militares, o que corresponde a 18,2%.

Se for comparados a evolução da população e o efetivo da Polícia Militar, durante os últimos 28 anos, a população cresceu 34,7% e o efetivo existente teve um aumento de 52,6%, porém, torna-se ressaltar que, apesar do efetivo ter aumentado percentualmente mais que a população, ficou abaixo do índice percentual do aumento da criminalidade.

EFETIVO APLICADO NO ADMINISTRATIVO			
QUARTEL GENERAL	CPC	CPI	TOTAL
306	165	458	929

QUADRO 7 – EFETIVO ADMINISTRATIVO

Fonte: DP/PMPR

Com relação ao efetivo aplicado na atividade administrativa da Polícia Militar do Paraná, demonstrado no quadro 7, o levantamento realizado nos mostra que 8,74% do efetivo da corporação é aplicado na atividade meio, isto considerando, o

efetivo existente de 14425 policiais militares, sem contar os integrantes do Corpo de Bombeiros, que faz parte da instituição.

Outros estados da federação possuem em seu quadro funcional, pessoas civis contratadas que exercem as suas funções nas atividades administrativas da corporação, fazendo com que os Policiais Militares, efetivamente desenvolva as suas funções na atividade fim da Polícia Militar, não ocorrendo isto no Estado do Paraná, a não ser, um quadro pequeno de funcionários que atuam como recepcionista, telefonista e estagiários, ressaltando que dentro desta filosofia de terceirização, os atendentes do 190, do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), com sede em Curitiba, são pessoas contratadas e esta atividade está sendo avaliada pela corporação.

EFETIVO EM CONDIÇÕES DE PASSAR PARA A RESERVA REMUNERADA			
ANO DE 2008	ANO DE 2009	ANO DE 2010	TOTAL
1239	723	537	2499

QUADRO 8 – EFETIVO RESERVA REMUNERADA

Fonte: DP/PMPR

Os resultados do quadro 8, indica que no ano de 2008, a corporação pode ter uma perda de 1239 policiais militares, que estão com mais de 25 anos de serviço.

Em 2009, 723 policiais militares e no ano de 2010, 537 integrantes da instituição completarão 25 anos de serviço, podendo estes requerer a sua aposentadoria proporcional por tempo de serviço, e somando os três anos chega a 2497 policiais, o que corresponde a 17,3% do efetivo existente da corporação, sem contar os integrantes do Corpo de Bombeiros.

Esta situação é preocupante, tornando necessário, por parte do escalão superior e dos setores competentes, um acompanhamento mais efetivo e administrar junto ao Governo do Estado, um reacompanhamento de efetivo, para que no mínimo a Polícia Militar, desenvolva a sua missão constitucional, em prol da sociedade, apesar de que, estão sendo implementados incentivos para permanência na corporação de Policiais Militares, como a Lei de Promoção dos Praças, homologado recentemente pelo Governo do Estado.

RECURSOS MATERIAIS						
ANO	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
PRODUTO	QTD	QTD	QTD	QTD	QTD	QTD
VIATURA LEVE	20	45	266		456	787
VIATURA MOTO		287		278		565
VIATURA MÓDULO MOVEL			13			13
APARELHO CELULAR	35		242			277
PALMTOP			210			210
COLETE BALÍSTICO			799			799
PISTOLAS			500			500
TOTAL	55	332	2030	278	456	3151

QUADRO 9 – RECURSOS MATERIAIS - PMPR

Fonte: PM/4

INVESTIMENTOS (R\$) 2004 – 2008	
INVESTIMENTO TOTAL (R\$)	41.108.754,00

QUADRO 10 - INVESTIMENTOS

Fonte: PM/4

Quanto aos recursos materiais da Polícia Militar, apresentado no quadro 9, nos últimos quatro anos, o quadro é satisfatório e favorável, pois foram adquiridos cerca de 3151 itens, considerados essenciais para o serviço operacional e proteção dos integrantes da Corporação, chegando a ter um investimento por parte do Governo do Estado do Paraná em torno de R\$ 41.108.754,00, conforme demonstra o quadro 10.

A respeito de recursos materiais, a corporação deve implementar a aquisição de recursos materiais, em consonância com as atividades operacionais, situação que já vem ocorrendo durante algum tempo na Corporação, pois resultados positivos e estratégicos, estão sendo obtidos atualmente e a aquisição principalmente de viaturas policiais, pistolas. 40 e coletes balísticos são essências para as ações de policiamento em funcionamento pelos integrantes da Polícia Militar.

4.4 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS

Nos quadros a seguir serão analisados os desenvolvimentos das atividades em funcionamento na Polícia Militar, direcionados para o campo das ações comunitárias, os quais citamos o Programa Educacional de Resistência e combate às Drogas, o Formando Cidadão, programas estes que atuam em todo o Estado do Paraná, além das visitas comunitárias, que são realizados pelo policiamento comunitário.

QUANTIDADE DE ALUNOS BENEFICIADOS COM O PROGRAMA					
REGIÃO/ANO	2005	2006	2007	2008	TOTAL
PARANÁ	125.109	128.281	128.803	64.400	446.593

QUADRO 11 – BENEFÍCIOS DO PROERD

Fonte: Proerd/PMPR

OUTROS DADOS DO PROGRAMA – PARANÁ	
TOTAL DE ESCOLAS ATENDIDAS	1.858
TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	227

QUADRO 12 – OUTROS DADOS DO PROERD

Fonte: Proerd/PMPR

Os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelos integrantes do Programa Educacional e Resistência e Combate às Drogas, no Estado do Paraná, conforme os quadros 11 e 12, são considerados excelentes e sua repercussão é positiva, tanto para o Governo do Estado, quanto para a instituição Polícia Militar, pois se trata de um trabalho inserido na prevenção do campo social, atribuição esta que é também da Polícia Militar, pois trata diretamente na educação da criança, para que estas não ingressem no mundo das drogas e conseqüentemente na marginalidade.

UNIDADE	2004	2005	2006	2007	2008
Capital	8.775	40.152	52.339	49.095	14.311
Interior			15.516	60.435	32.632
Total	8.775	40.152	67.855	109.530	46.943

QUADRO 13 – VISITAS COMUNITÁRIAS

Fonte: CPC/CPI- PMPR

O quadro 13 trata-se das visitas comunitárias, que vem em decorrência da atuação da Polícia Militar no Policiamento comunitário, em todo o Estado do Paraná, que tem a sua essência, o caráter preventivo, social e visa cada vez mais, aproximar o Policial Militar da Comunidade.

Tanto na capital, quanto no interior, o trabalho de visita comunitária, iniciou-se com o Projeto Povo, ora desenvolvido pelo Governo do Estado e desde 2005, até junho de 2008, aproximadamente 275.000 visitas foram registradas.

QUANTIDADE DE ALUNOS BENEFICIADOS COM O PROGRAMA FORMANDO CIDADÃO – 2008		
CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
60	245	305

QUADRO 14 – FORMANDO CIDADÃO

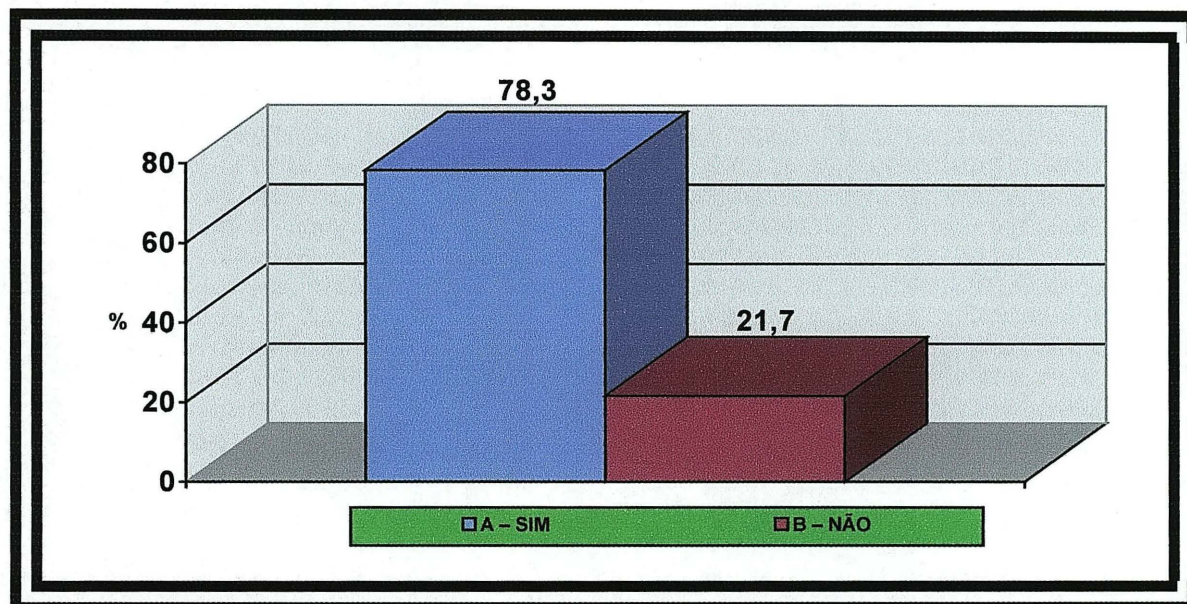
Fonte: CPC/CPI-PMPR

Considerado um trabalho de caráter preventivo e social, o programa Formando Cidadão, é uma atividade desenvolvida em todo o Estado do Paraná, pela Polícia Militar em parceria com as Prefeituras Municipais e seus resultados são considerados satisfatórios, conforme quadro 14, pois visa a Educação, a Formação de Caráter de adolescentes que freqüentam este programa, sendo que os trabalhos são desenvolvidos na Polícia Militar, no contra-turno escolar e estas ações são aceitas, aprovadas e apoiadas, tanto pelos alunos, pais, Policiais Militares e Educadores.

4.5. ANÁLISE DOS GRÁFICOS E QUESTIONÁRIOS

Destinados a colher as opiniões dos policiais militares que exercem a função de Comandantes das Unidades Operacionais do Paraná, de outras Policias Militares da Federação, e de autoridades tanto do publico interno, quanto externo, a respeito dos seguintes quesitos: efetivo, demanda reprimida, policiamento proativo e reativo, geoprocessamento, capacitação técnica, contratação de civis, ações comunitárias, ações operacionais e problemas sociais.

a) Das questões quantitativas

**GRÁFICO 3 - EFETIVO – DEMANDA DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES**

Fonte: O autor

Considerando a amostra de 23(vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 78,3% responderam que o efetivo disponível atende as necessidades das atividades desenvolvidas na unidade e 21,6 responderam que não. Conclui-se que apesar da defasagem do efetivo existente comparado com o efetivo previsto, os resultados indicam que as unidades, principalmente sediadas no interior do Estado, estão conseguindo atender as necessidades e demandas das atividades desenvolvidas pela Organização Policial Militar (OPM). Cabe destacar que no primeiro semestre de 2008, na capital, a demanda reprimida atingiu 47,3% e no interior do estado a demanda atingiu 9,58% do total de solicitação de pedido de atendimento de ocorrências.

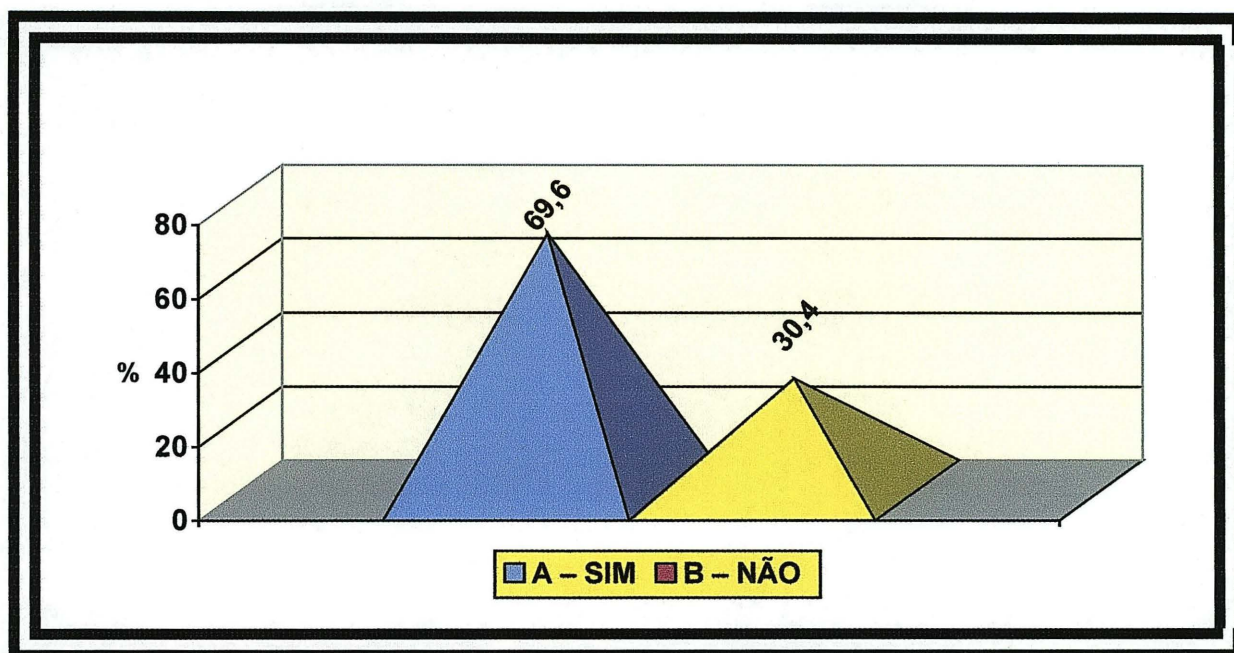


GRÁFICO 4 – DEMANDA REPRIMIDA

Fonte: O autor

Considerando a amostra de 23 (vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 69,6% responderam que há demanda reprimida na área de sua unidade operacional e 30,4% responderam que não. Conclui-se que há necessidade de avaliar o emprego operacional dos recursos disponíveis, em consonância com os resultados indicados pela estatística criminal, revelada pelos dados coletados do Boletim único cadastrado por cada Unidade Operacional da Corporação, bem como, indicados pelo Sistema Siscopweb, que nos mostra o volume de ocorrências solicitadas pela sociedade. Este trabalho de avaliação visa melhor distribuir os recursos e conseqüentemente a redução da demanda e da criminalidade.

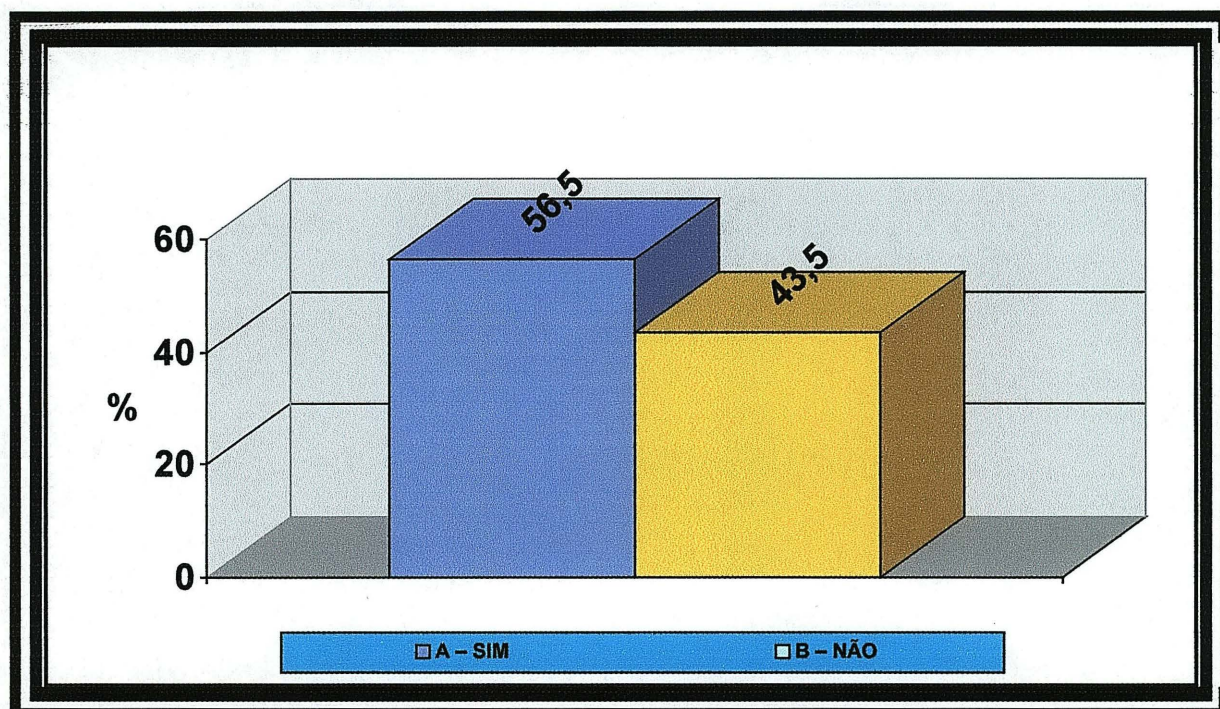


GRÁFICO 5 – PREVALÊNCIA DO POLÍCIAMENTO REATIVO

Fonte: O autor

Considerando a amostra de 23 (vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 56,5% responderam que o policiamento reativo prevalece sobre o policiamento proativo e 43,5% responderam que não. Conclui-se que apesar da maioria das ações desenvolvidas pela Polícia Militar, serem direcionadas para as ações de caráter preventivo-proativo, torna-se necessário um trabalho de mudança de cultura interna, tendo em vista que nas unidades operacionais e em especial, os da capital, pois o volume de ocorrências policiais é maior que as do interior, o policial militar assume diariamente o seu serviço, com espírito reativo, isto é, sai com a sua viatura para as ruas, aguardando um comunicado da Central de Operações para dar atendimento a ocorrências policiais, quando na verdade seu espírito teria que ser o proativo, atuar de maneira preventiva, evitando que o fato delituoso aconteça.

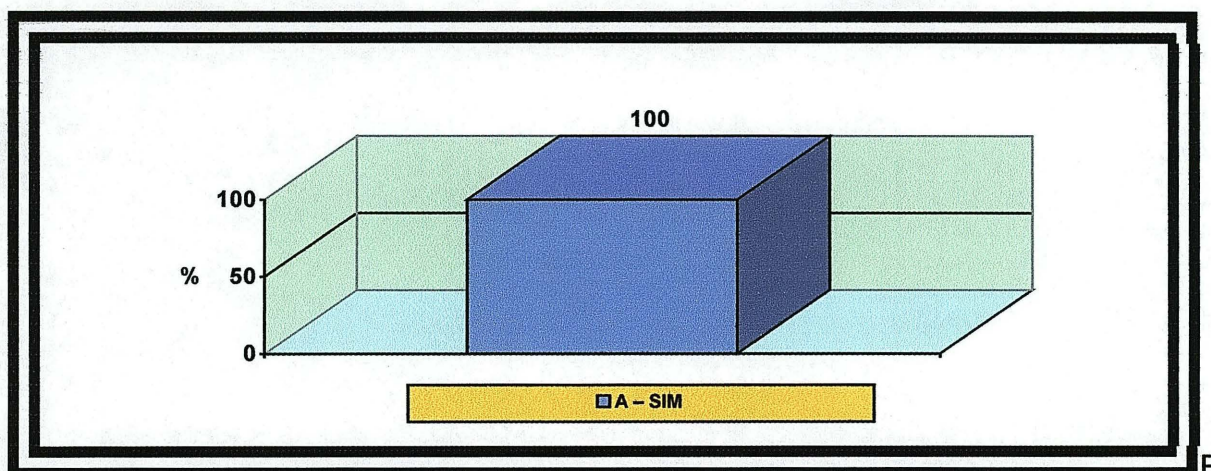


GRÁFICO 6 – VIATURA E EFETIVO – PREVENÇÃO

Fonte: O autor



QUADRO 15 – TRINÔMIO OPERACIONAL

Fonte: O autor

Considerando o universo de 23 (vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 100% responderam que quanto maior o número de Policiais Militares e Viaturas Policiais nas ruas, maior será a sensação de segurança por parte da comunidade. Conclui-se que viaturas e efetivo são essenciais para proporcionar a população, um aumento da sensação de segurança, porém, cabe ressaltar que há necessidade de planejamento estratégico para que os recursos disponíveis sejam utilizados e empregados de forma coerente, considerando todas as variáveis, como local, horário, estatística criminal e outros fatores, buscando com esta atitude, melhor direcionamento do policiamento, buscando atingir o resultado desejado, que é a prevenção e a satisfação da comunidade.

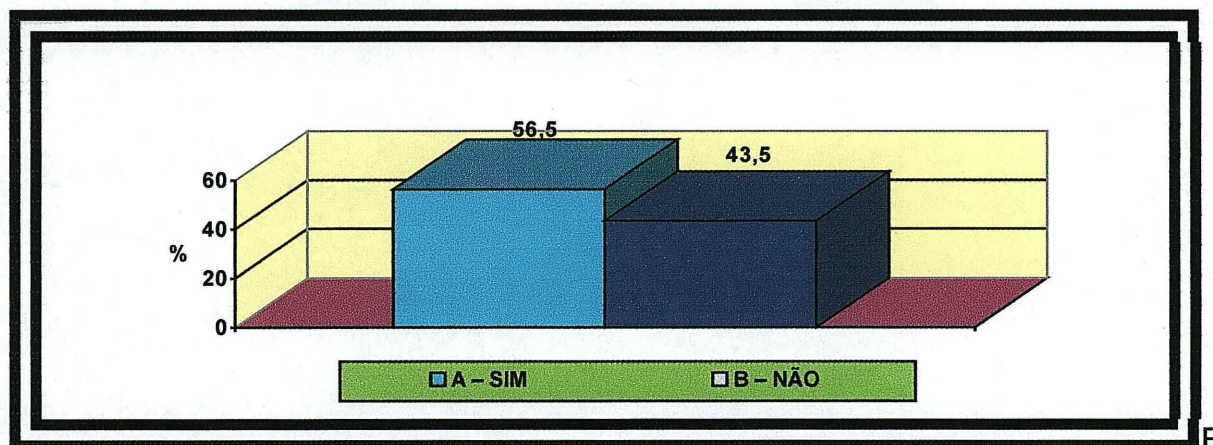
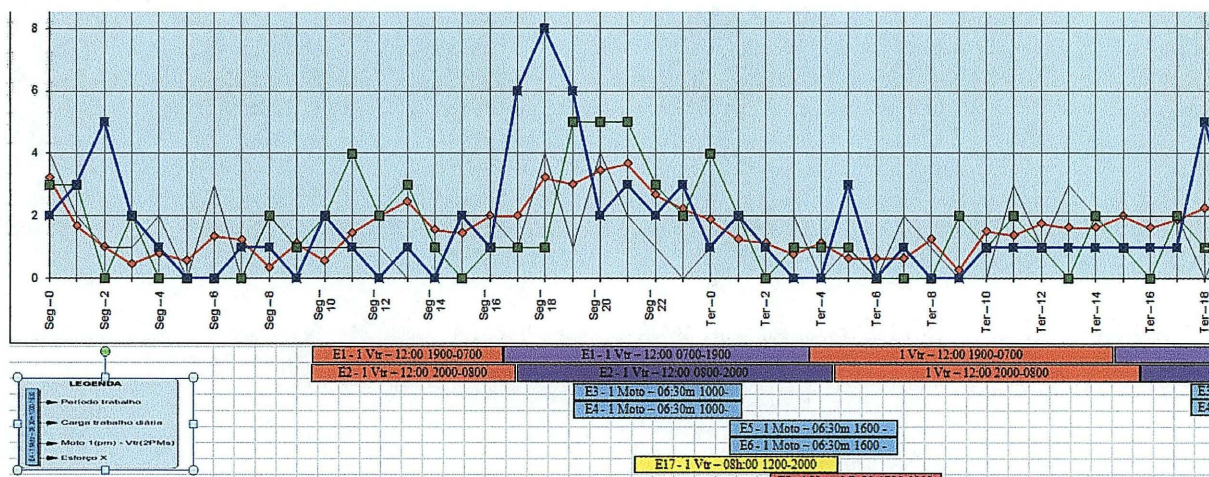


GRÁFICO 7 – GEOPROCESSAMENTO

Fonte: O autor



QUADRO 16 – GEOPROCESSAMENTO

Fonte: PM/3

Considerando a amostra de 23 (vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 56,5, % responderam que a ferramenta disponibilizada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - Geoprocessamento está servindo de suporte operacional para análise e direcionamento do policiamento, e 43,5% responderam que não. Conclui-se que esta ferramenta-Geoprocessamento é de grande utilidade para aplicação operacional, porém, há necessidade de rever a questão da funcionabilidade desta ferramenta no interior do estado, principalmente na sede das Companhias e Destacamentos, onde parte destas subunidades não está sendo registrada os dados operacionais, comprometendo a estatística criminal e conseqüentemente a aplicação preventiva dos recursos humanos e materiais disponíveis nas unidades da Polícia Militar.

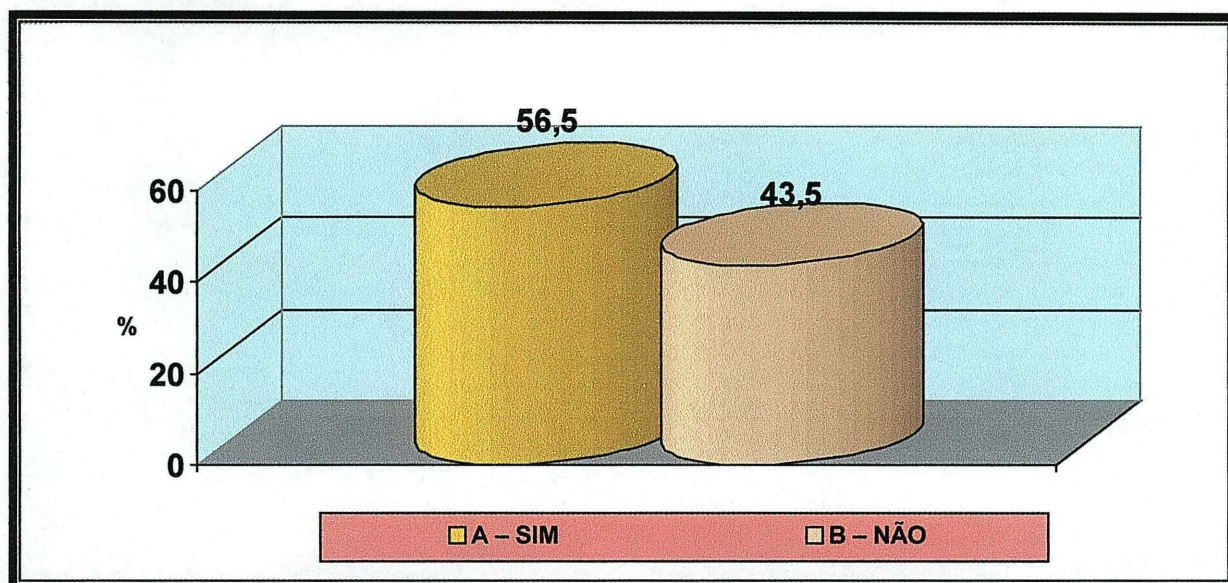


GRÁFICO 8 – CAPACITAÇÃO TÉCNICA - GEOPROCESSAMENTO

Fonte: O autor

Considerando a amostra de 23 (vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 56,5 % responderam que Policiais Militares que exercem a função de Comando de Companhia e Comandante do Projeto Povo, estão capacitados tecnicamente para avaliar os resultados da ferramenta-geoprocessamento e 43,5% responderam que tais Policiais Militares não estão capacitados. Conclui-se que esta ferramenta-geoprocessamento é de grande utilidade para aplicação operacional, porém, a realidade nos mostra que há necessidade de cada vez mais capacitar os Policiais Militares, em especial, os que trabalham na parte operacional e nos setores de planejamento e análise criminal das unidades, para que de posse dos resultados, de forma correta, direcione os recursos disponíveis, visando minimizar os problemas de segurança pública.

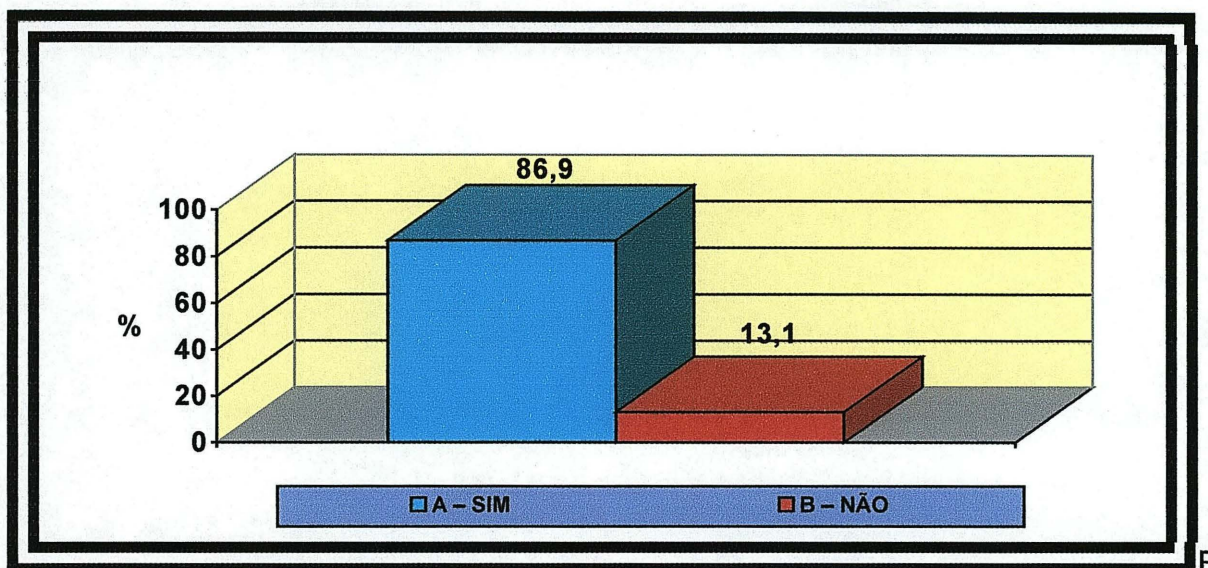


GRÁFICO 9 – CONTRATAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO

Fonte: O autor

Considerando a amostra de 23 (vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 86,9 % responderam que a contratação de civis ou integrantes da Reserva para atuar na atividade meio em substituição a Policiais Militares da ativa aumentará a segurança nas ruas em benefício da comunidade e 13,1% responderam que não. Conclui-se que a corporação necessita de uma avaliação quanto a este aspecto, principalmente na substituição do efetivo da ativa por Policiais militares da reserva. Que esta terceirização, já ocorre em outros Estados da Federação, onde pessoas civis exercem suas atividades na atividade administrativas das corporações e no Paraná, seria uma experiência nova, e, se colocada em prática não deve ocorrer na sua totalidade, mas começando pela Capital do Estado, em um período determinado, para que os resultados sejam avaliados e definir se estas mudanças surtirão efeitos positivos ou negativos no futuro.

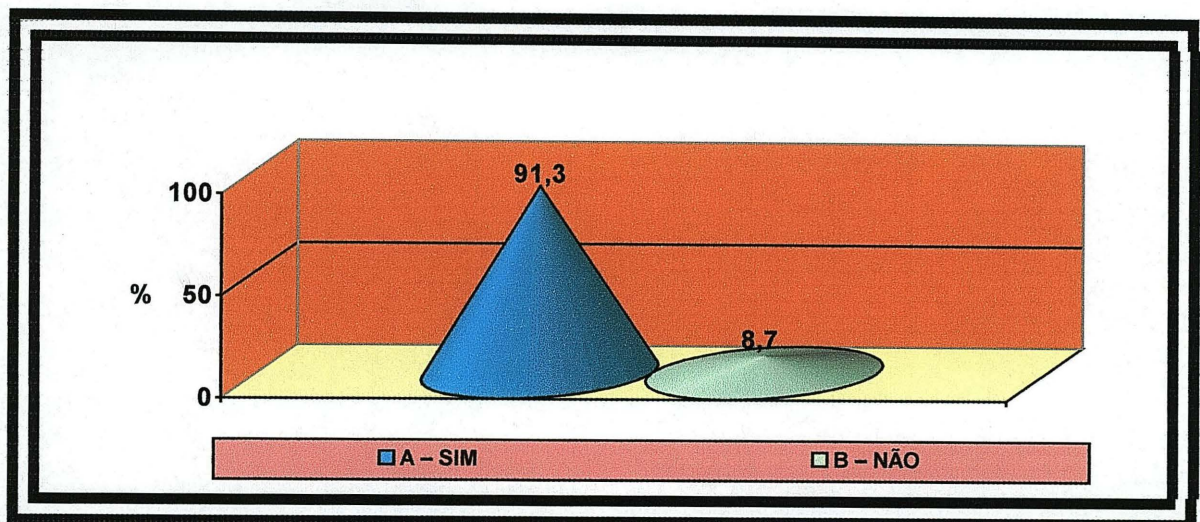


GRÁFICO 10 – AÇÕES COMUNITÁRIAS

Fonte: O autor

Considerando a amostra de 23 (vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 91,3 % responderam que o aprimoramento das ações comunitárias desenvolvidas pela Polícia Militar é uma das formas preventivas para evitar o ingresso de indivíduos no mundo da criminalidade e 8,7% responderam que não. Conclui-se que as ações comunitárias em atividade na corporação, sejam na capital ou interior do estado, cada vez mais, deve ser aprimorada, pois desta forma a Polícia Militar, no campo social, estará fazendo a parte dentro da responsabilidade social e os resultados com os projetos e programas em atividade na corporação, podem ser considerados satisfatórios, principalmente com ações positivas desenvolvidas pelo Proerd, do Formando Cidadão e corroborada com o engajamento do efetivo que no seu dia a dia cultuam a filosofia de Polícia Comunitária.

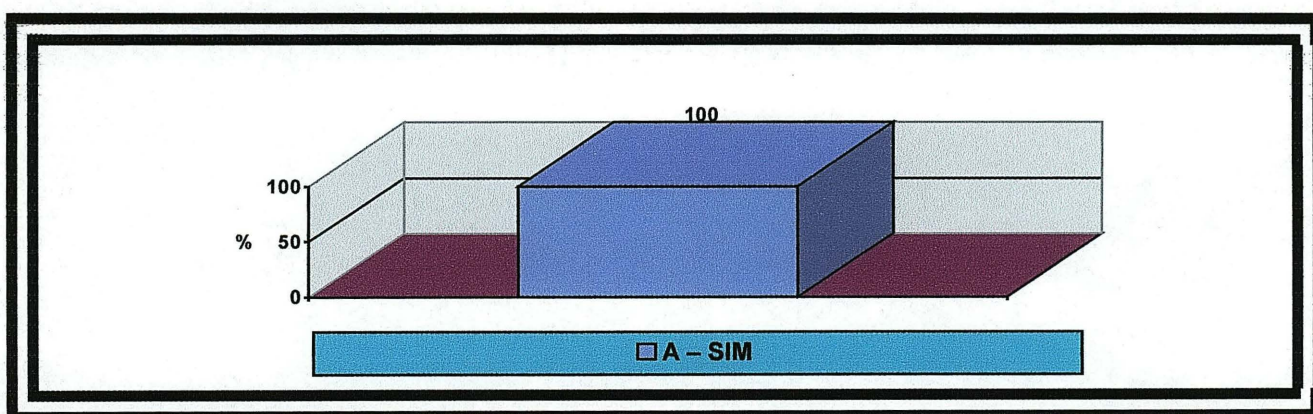


GRÁFICO 11 – OPERAÇÕES POLICIAIS

Fonte: O autor

Considerando a amostra de 23 (vinte e três) Policiais Militares pesquisados, 100 % responderam que a realização de Operações Policiais, na área de jurisdição de cada Unidade Policial Militar, aumenta a sensação de segurança por parte da população e ao mesmo tempo eleva o grau de credibilidade no Governo e na Corporação. Conclui-se que esta atividade de policiamento desenvolvida pela Polícia Militar, tanto na Capital, quanto no interior do Estado, possui um caráter preventivo e suas ações desde que a sua utilização seja empregada de forma estratégica, resultará no aumento da segurança pública e satisfação por parte da comunidade.

4.5.1 Das questões Qualitativas dos Comandantes de Unidades

- **Uso do Giroflex**

Analisando a primeira questão, os pesquisados, de uma forma geral, responderam que tanto na capital, quanto no interior do Estado, todos consideram de extrema importância e necessária a utilização do giroflex pelas viaturas policiais militares durante a execução do patrulhamento policial, principalmente no que se refere ao aspecto preventivo.

Outro aspecto relacionado ao uso do giroflex está relacionada a orientação da sua não utilização ao aproximar do local da ocorrência, para que efetivamente a ocorrência tenha êxito em seu resultado.

Na pesquisa realizada, o uso do giroflex na capital do Estado está sendo mais utilizado, do que no interior, isto em razão, de resistência do próprio efetivo e por usos e costumes, a circulação e deslocamento das viaturas, se dá com o giroflex desligado.

Conclui-se, diante das respostas dos pesquisados, que o uso do giroflex tem o caráter preventivo, tornando a viatura policial mais ostensiva, aumentando desta maneira a sensação de segurança para a população, necessitando de forma imprescindível o comprometimento e a aceitabilidade pelos Policiais Militares empregados na atividade fim da corporação.

- **Atividades preventivas**

Os pesquisados em suas considerações destacaram que as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar de natureza preventiva são as seguintes:

- Operação Escudo;
- Operação Saturação;
- Operação Bloqueio;
- Operação Batida Policial;
- Operação Blitz – pinçamento;
- Policiamento Ostensivo motorizado;
- Policiamento Ostensivo a pé;
- Policiamento Ostensivo a cavalo;
- Radiopatrulhamento com cães;
- Policiamento Comunitário – Projeto Povo;
- Patrulha Comercial;
- Patrulha Escolar;
- Patrulha Rural;
- Proerd;
- Formando Cidadão;
- Visitas comunitárias;
- Palestras e campanhas educativas;
- Policiamento eventos;
- Patrulha Hoteleira;
- Ação Integrada de Fiscalização Urbana-AIFU.

Conclui-se diante dos resultados que, às ações policiais militares desenvolvidas na Corporação, prevalece o proativo sobre o reativo, cabendo destacar o quanto é importante o papel do Policial Militar neste processo, pois se espera do mesmo o seu comprometimento com o serviço, preocupação com os resultados, principalmente na execução das atividades de caráter preventivo, pois constitucionalmente, a Polícia Militar é responsável pelo cumprimento por esta missão.

• Geoprocessamento

Os pesquisados em sua maioria responderam positivamente quanto à utilização do geoprocessamento para direcionamento do policiamento, considerando o horário, o local e a natureza da ocorrência, ressaltando que além do geoprocessamento, é utilizado a estatística registrada nos setor de planejamento das sedes das unidades operacionais.

Os Comandantes de Unidade relataram que há dificuldade de seguir este processo de direcionamento de policiamento, nos pequenos municípios do interior do estado, tendo em vista o número reduzido de efetivo e viaturas disponível para o cumprimento das atividades operacionais.

Conclui-se diante da manifestação dos pesquisados, que esta ferramenta – geoprocessamento é de grande utilidade na corporação, tendo necessidade por parte das unidades operacionais, ter conhecimento e acesso às suas informações e funcionabilidade, condições estas que vão proporcionar aos administradores, capacitação para análise dos dados criminais de sua área de jurisdição e através dos resultados obtidos, poderão direcionar o policiamento para minimizar os problemas atinentes a segurança pública.

Este tipo de trabalho do geoprocessamento dá condições do Setor de planejamento estratégico da corporação, em rever a questão das escalas flexíveis, bem como, estabelecer quantidade de efetivo e recursos materiais, citando como exemplo pratico, aplicado na Quarta Companhia do Décimo Terceiro Batalhão de Polícia Militar, que é responsável pelo policiamento em três bairros, onde houve modificações da estratégia operacional, no que tange a escalas de serviço, tudo em decorrência da análise criminal, extraído dos resultados existentes na ferramenta-Mapeamento do crime – geoprocessamento.

4.5.2 Análise dos dados coletados juntos às outras Policiais Militares do Brasil

a) Contratação de funcionários civis em substituição a Policias Militares que atuam no serviço administrativo da Corporação:

- Paraíba

Na Polícia Militar do Estado da Paraíba já existia o quadro de servidores civis, quadro este muito pequeno e em termos geral pouco produtivo. Estes civis ingressaram na Polícia Militar sem concurso e vieram de outras Secretarias de Estado. Em 2007, a Polícia Militar da Paraíba, foi autorizada a fazer um concurso para Soldado Auxiliar voluntário, mais conhecido como Soldado Temporário, no entanto o resultado do certame não foi muito satisfatório, provavelmente em decorrência do valor da remuneração, que é de um salário mínimo. Dos 338(trezentos e trinta e oito) aprovados no concurso, menos que a metade estão sendo utilizados, tanto na capital, quanto no interior do estado. As pessoas

contratadas estão sendo utilizadas nos serviços administrativos da corporação. O objetivo principal desta contratação foi de substituir o efetivo administrativo e aplicar na atividade fim, procurando aumentar o efetivo operacional. Os resultados operacionais não foram os esperados, isto em razão do número diminuto de contratados, que distribuídos no Estado, não surtiram efeito no índice de ocorrência e demanda reprimida, mas mesmo com estas dificuldades, a Corporação deve manter em atividade esta nova modalidade, procurando corrigir alguns detalhes, visando incentivar e atrair a população para ingressar na corporação, como Soldado Temporário.

- Bahia

A Polícia Militar da Bahia conta em seu quadro de pessoal funcionários civis que estão exercendo suas atividades nas funções administrativas das Unidades da Polícia Militar, sendo que os funcionários atingiram apenas 30% da necessidade. Esta atividade teve resultados positivos, quanto ao índice de criminalidade e demanda reprimida, pois o objetivo desta modalidade, era efetivamente, fazer com que os Policiais Militares que desempenhavam o serviço administrativo, fossem aplicados na atividade operacional. O objetivo é manter este processo, tanto que o Governo do Estado da Bahia autorizou a contratação de 1000(mil) reservistas das Forças Armadas para exercer funções administrativas nas Polícias Civil, Militar e Técnica. A remuneração será de até dois salários mínimos e o contrato de trabalho temporário.

Diante das exposições das Polícias Militares da Paraíba e da Bahia, conclui-se que o objetivo da contratação de civis para exercerem funções administrativas das corporações, seria uma forma de aumentar o efetivo operacional, fazendo com que a população, se sinta mais segura e protegida. Observou-se que há necessidade de rever as questões de incentivos, sejam salariais ou outros benefícios, para que realmente atraia os interessados a ingressarem nas instituições, para trabalharem no serviço administrativo. Cabe ressaltar que na Polícia Militar do Paraná, nos últimos anos a Assembléia Legislativa do Estado, elaborou uma legislação, com o intuito de aproveitar Policiais Militares e Policiais Civis aposentados para atuarem em atividades não operacionais, mas não vingou, em razão do reaproveitamento do Policial da reserva, ser considerado inconstitucional, conforme preconiza o Artigo 37, XVI, parágrafo 10 da Constituição

Federal. Da mesma forma tentou-se a contratação de Voluntários Reservistas das Forças Armadas para realização de atividades na Polícia Civil e Militar, através da Lei Estadual 14285/04, porém, esta não foi colocada em prática pela Corporação, por apresentar uma série de ilegalidades, o que tornaria muito mais difícil a sua execução. Cabe esclarecer que a Lei Federal considera o serviço voluntário não remunerado, não vindo de encontro com a Lei 14285/04, que estabelece em seu artigo sexto, que a remuneração do voluntário não exceda a metade que percebe um soldado iniciante na Polícia Militar e um investigador de quinta classe. Conclui-se que a contratação ou concurso de civis para exercer as funções administrativas das unidades da Polícia Militar, seria uma das alternativas para substituir os Policiais para que estes sejam aplicados efetivamente na atividade fim da corporação, porém, há necessidade dos setores competentes da Polícia Militar do Paraná, realizar um estudo mais aprofundado, procurando amadurecer a idéia, buscando com isto, sem sombra de dúvidas, aumento de Policiais Militares na atividade fim e conseqüentemente atingir os objetivos almejados. Por outro lado, cabe relatar que atualmente a Polícia Militar do Paraná conta com estagiários desenvolvendo algumas atividades em alguns setores da Corporação, em especial, na atividade meio, bem como telefonistas que trabalham no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública nas unidades (CIOSP), são funcionários civis, denominados Agentes de Apoio, que são contratados em regime especial pelo período de um ano, podendo prorrogar por mais um ano. O salário é pago pelo Governo do Estado (salário mínimo vale transporte e auxílio alimentação). A carga horária é seis horas/dia e trinta horas semanal. O Governo do Estado contratou por concurso 25(vinte e cinco) funcionários para exercer suas funções no CIOSP, sendo somente se apresentaram 19(dezenove) para ocupar as suas funções, sendo um salário de R\$ 604,00. O Governo do Estado visa gradativamente substituir os funcionários contratados por funcionários concursados, buscando com esta modalidade um comprometimento maior com o serviço.

b) Situação de natureza operacional das Polícias Militares

- Bahia

A Polícia Militar da Bahia desenvolve as suas atividades prevalecendo o modelo de policiamento proativo e para tal excuta medidas preventivas com as

operações policiais no Programa Bahia em paz, que acontece em todo o Estado, utilizando as Unidades Operacionais subordinadas ao Comando do Policiamento da Capital e do Interior, de todos os tipos de policiamento para atingir seus objetivos e fazer com que a população sinta-se mais segura e protegida. Com relação à demanda reprimida, no ano de 2007, os resultados foram considerados suportáveis e no corrente ano, houve um crescimento no mês de junho e a partir deste mês os números têm baixado, tornando possível, atender a comunidade com melhor qualidade. A Polícia Militar da Bahia, no campo social, tem atuado com o Proerd e outros Programa de assistência ao menor, aos idosos e a mulher e os resultados são considerados ótimos, pois há uma aceitação bastante positiva por parte da população. A Polícia Militar Bahiana dispõe e utiliza o geoprocessamento para direcionamento do policiamento.

Conclui-se que a Corporação – Polícia Militar da Bahia, a exemplo da própria Polícia Militar do Estado do Paraná e de outros Estados da Federação, realizam atividades, tanto no campo operacional, quanto no campo social e cada vez preocupam-se com a qualidade do serviço prestado à população, exemplos como o Proerd e o Geoprocessamento, que tem na sua essência a questão preventiva, vinda de encontro com a missão constitucional das Polícias Militares.

- Santa Catarina

Na pesquisa realizada com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, constatou-se que as atividades operacionais de cunho preventivo no combate à criminalidade, que visa a diminuição do índice de ocorrências policiais, são realizadas através de Operações Barreiras, Proerd, Programa Cidadão de Trânsito, Programa de Policia Ambiental e Operações Especiais. A Polícia Militar de Santa Catarina em sua atividade operacional prevalece o modelo de polícia proativa e de acordo com a estatística do Estado a demanda reprimida é considerada baixa. No campo social atuam com o Proerd, Programa Cidadão do Trânsito, Policial Ambiental Mirim e ação cidadania, sendo que os resultados alcançados nesta área são considerados satisfatórios. A corporação dispõe da ferramenta geoprocessamento e os resultados são positivos, sendo que o Estado de Santa Catarina, é considerado pelo Senasp, como o Estado com melhores índices em todo o país.

Conclui-se diante das considerações que a Polícia Militar de Santa Catarina é uma instituição que atua tanto no combate à criminalidade, quanto nas atividades de cunho social. As suas ações de caráter preventivo são realizadas com apoio da ferramenta, geoprocessamento, fazendo com que os analistas do processo, tenham condições de mapear o crime e direcionar os recursos disponíveis. Conclui-se ainda que as ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina vêm de encontro com os objetivos traçados pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

- Rio de Janeiro

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no campo das ações preventivas, atua com o Grupamento de Policiamento em áreas especiais (GPAE), por meio das Rondas Ostensivas Nazaré Cerqueira (RONAC) e com o Grupamento Especial de Policiamento em estádios (GEPE). Com relação ao modelo de atuação, tendo em vista, as características do Estado, no que tange ao fator criminalidade e segurança, prevalece um modelo de polícia reativa e a respeito da demanda reprimida, seus números são elevados. Mesmo com o modelo de Polícia Reativa a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, desenvolve e também atua em atividades de caráter social, como o Proerd, Salas de Oficinas nos Batalhões e seus resultados são considerados positivos, principalmente pelo estreitamento do relacionamento com a comunidade. Com relação à ferramenta, geoprocessamento, apenas a Secretaria de Estado de Segurança Pública dispõe desta ferramenta, sendo que a Polícia Militar, utiliza os dados das estatísticas levantadas pelos setores de planejamento das Unidades da Corporação.

Conclui-se, diante dos resultados da pesquisa junto à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que a referida organização é diferente das demais Polícias Militares, pois esta prevalece o modelo de polícia reativa, enquanto que as demais em sua maioria prevalecem a proativa. Destaca-se que mesmo com as dificuldades em prevalecer à questão preventiva sobre a reativa, a corporação não deixou de direcionar suas preocupações nas atividades de cunho social comunitário e como fator preocupante, é o fato da Polícia Carioca, não ter a sua disposição a ferramenta-Geoprocessamento, considerada de suma importância para as atividades operacionais de qualquer organização policial militar, tanto que a Polícia Militar do Paraná e também a Polícia Civil Paranaense, cada vez mais vêm avançando neste processo, obtendo bons resultados na utilização desta ferramenta.

- Minas Gerais

Na atuação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais prevalece o modelo de policiamento proativo, utilizando operacionalmente as seguintes atividades de caráter preventivo: Patrulha escolar, Grupo especial em áreas de risco, Grupo especial de policiamento motorizado ostensivo rápido, através das viaturas tipo motocicleta, Patrulha de prevenção ativa, que realiza o policiamento permanência em pontos críticos, Patrulhamento realizado com bicicletas, Policiamento em bases comunitárias móveis e o Policiamento comunitário. Dentre as atividades preventivas desenvolvidas pela Polícia Militar Mineira, no campo social, destacam-se o Projeto Bom de Bola – Bom de escola, Juventude da Polícia, Artista da comunidade e Patrulha Antidrogas, sendo os seus resultados considerados bons. A demanda reprimida no Estado é considerada baixa, tendo uma pequena elevação nos grandes centros, destacando que foi registrado um decréscimo bastante considerado nos últimos quatro anos. Há mais de 10 anos utiliza a ferramenta geoprocessamento, procurando trabalhar com inteligência e com os resultados, através de cumprimento de metas previamente estabelecidas, sendo os resultados positivos, chegando a ter uma diminuição de 20% da criminalidade.

Conclui-se que diante das considerações da corporação mineira, as ações de caráter preventiva são prioridades pela Polícia Militar de Minas Gerais, bem como em outras organizações Policiais Militares. Que as atividades operacionais objetiva a diminuição da criminalidade e o aumento da sensação de segurança da população e quanto os projetos sociais, visam realizar trabalhos com crianças e adolescentes, afastando estes do mundo das drogas e da marginalidade. A ferramenta, a exemplo do Paraná, também é bastante valorizada no Estado de Minas Gerais, pois seus resultados, têm um efeito bastante significativo em prol da sociedade.

- Pernambuco

A Polícia Militar do Pernambuco desenvolve atividades de cunho preventivo no combate a criminalidade, atuando no Policiamento Ostensivo durante 24 horas, nas modalidades de policiamento a pé, a cavalo, motos, veículos e com cães, acrescentado com o policiamento escolar e policiamento ambiental. Quanto ao modelo que prevalece no Estado de Pernambuco, prevalece o modelo proativo. Destaca que a cidade de Recife, em razão de ser a capital e possui uma população maior que as demais localizadas no interior do Estado, tem um alto grau de

criminalidade e tem muito a se construir, através do desenvolvimento social e geração de empregos. O número da demanda reprimida é considerada alarmante, principalmente em Recife, por ser uma das grandes cidades do país, porta de entrada do nordeste para o desenvolvimento econômico, com um crescimento populacional desordenado, surgindo cinturões de favelas e falta de mão de obra qualificada. Dentro do campo social, a Polícia Militar de Pernambuco direciona as suas atividades, para a Patrulha Escolar, o Proerd, reuniões freqüentes com a comunidade e presença nos aquartelamentos de Escolas comunitárias. No que diz respeito ao geoprocessamento, esta ferramenta já está sendo utilizado pela Polícia Militar de Pernambuco, principalmente no enfrentamento do crime no estado. Acrescentou ainda que foram instaladas câmeras nos principais corredores da cidade de Olinda, como forma de auxiliar na diminuição do crime. O geoprocessamento está proporcionando maior controle sobre o crime e tornando a Polícia Militar mais proativo.

Baseado nas considerações emitidas pela PMPE, conclui-se que a referida organização segue os mesmos propósitos e moldes da PMPR, direcionando sempre para o modelo de policiamento proativo, quer no contexto do combate a criminalidade, quer no contexto da prevenção na área social, procurando atuar de forma preventiva, preparando a criança e o adolescente, para que tenha um futuro promissor, longe das drogas e da criminalidade.

4.5.3 Análise das Entrevistas

- A entrevistada exerce suas funções junto à Universidade Federal do Paraná e relatou que os problemas sociais são fatores que contribuem para o ingresso do individuo para o mundo da criminalidade, entre os problemas sociais, citou a desagregação familiar, o desemprego, baixa condição institucional e econômica, corroborada com o envolvimento às drogas lícitas e ilícitas. Acredita que os Projetos sociais como o Proerd, Patrulha Escolar Comunitária, Formando Cidadão, projetos e atividades desenvolvidos pela Polícia Militar do Paraná, contribuem como medida preventiva, procurando que seus resultados tenham influencia, para que os participantes e beneficiados deste processo não venham a ingressar na criminalidade. Entre as soluções apontadas para diminuir os problemas sociais, citou a execução de um trabalho junto às famílias, concomitantemente ao trabalho com

crianças e adolescentes, incentivando também a elaboração e prática e políticas adequadas, ligadas aos problemas que afetam a sociedade. Diante das considerações apresentadas pela entrevistada, conclui-se que os problemas sociais que envolvem a sociedade contribuem para que as pessoas se envolvam na ilicitude, mais especificamente na criminalidade, tendo em vista que este tema faz parte deste trabalho e que as atividades sociais desenvolvidas pela Corporação, são de suma importância, pois são direcionadas a crianças e adolescentes, bem como se estende a base familiar e outros atores deste processo, como é o caso da Patrulha Escolar Comunitária e a atividades do Formando Cidadão, pois envolvem a participação de pais, professores, para que com o conhecimento e comprometimento de todos, se inicie, medidas de caráter de conscientização e educação, preparando as crianças e adolescentes, que são o futuro da nossa sociedade.

- O entrevistado exerce suas funções junto à Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, e relatou que a secretaria atua sob quatro coordenadorias. A primeira trata com crianças e adolescentes, da faixa etária entre 12 a 21 anos de idade, que se encontram nos Educandários espalhados pelo Estado do Paraná e a missão da secretaria é a preocupação sócio-educativa, procurando através de oficinas de formação profissional e educacional, a inserção social dos internos, pós-cumprimento da medida punitiva, que estão cumprindo nos Educandários. A segunda coordenadoria trata com jovens na faixa etária de 15 a 24 anos de idade, através de do Programa Projovem, que é uma ação do Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado e visa além da alfabetização, promover Cursos de Formação Profissional em mais de 30(trinta) áreas, visando efetivamente capacitar os jovens para o mercado de trabalho. Esta coordenadoria realiza congressos, seminários, encontro de jovens, promovendo a integração e a participação social da juventude. A terceira coordenadoria realiza um trabalho a nível estadual, juntamente com as prefeituras municipais, visando atingir crianças e adolescentes vítimas do seio da família, como o abandono material, intelectual e o consumo de drogas. O Estado capacita funcionários dos municípios, para que estes tenham habilidade para tratar as vítimas dos problemas citados acima. As cidades do Estado do Paraná que possuem estrutura para atuar nos diversos problemas ligadas á área de atuação da Secretaria da Criança e Juventude além de Curitiba,

estão instaladas em Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Santo Antonio da Platina e Umuarama. A Secretaria possui os seguintes programas: Crescer em Família, Liberdade Cidadã, Centro de Proteção e o Programa Atitude. O Programa Crescer em Família, tem como objetivo é reintegrar crianças e adolescentes que ficam desabrigadas e desassistidas pela família, para que voltem as suas residências e ao convívio familiar, atingindo nesta atividade, não só as crianças e adolescente, mas também os demais integrantes da família. O Programa Liberdade Cidadã visa transformar o cumprimento das medidas punitivas, em razão do ato infracional praticado por crianças e adolescentes, principalmente dos atos considerados de menor potencial ofensivo, por penas alternativas, como a prestação de serviço, fazendo com que o infrator, tenha uma oportunidade de inserção social e se capacitar profissionalmente, estando em condições de ingressar no mercado de trabalho. O Centro de Proteção atende crianças e adolescentes, vítimas de violência física, moral e sexual. Trabalha com as vítimas, visando a sua reintegração e recuperação, bem como, é desenvolvido um trabalho direcionado aos agressores, quando estes são originários do próprio seio familiar. O Programa Atitude desenvolve um trabalho, onde o Jovem trabalha para os jovens. Universitários recém-formados das áreas de psicologia, educação física, assistência social e cientistas sociais, recebem auxílio financeiro e capacitam jovens voluntários e juntos com estes, realizam uma série de atividades atingindo jovens problemáticos de toda natureza, atividades estas ligadas ao lazer, esporte e cultura. O objetivo principal da Secretaria é garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente. “Prevenir para não intervir”. O entrevistado conhece os Programas sociais desenvolvidos pela Polícia Militar e considera o Proerd, o Formando Cidadão e a Patrulha Escolar, excelentes na sua essência, na forma de intervir, pois age na prevenção e elogia os programas, pois atinge todas as classes. Diante da exposição do entrevistado, conclui-se que a preocupação do referido órgão está inserida no lema: ““ PREVENIR PARA NÃO INTERVIR “, tanto que a Secretaria desenvolve uma série de atividades nesta área, vindo de encontro com as atividades também desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná, onde esta procura sempre trabalhar na prevenção, diminuindo as ações de natureza reativa, que são as originárias, do atendimento das ocorrências policiais”.

- O entrevistado desempenha suas funções na Polícia Militar e acredita que a ferramenta Geoprocessamento é de grande utilidade, principalmente no tocante ao processo de gestão técnica, necessitando expansão para atingir os níveis tático e operacional, que está ênfase de concretização. Ressalta do entrevistado que os policiais militares que atuam na análise do geoprocessamento, são aqueles relacionados às áreas e maior volume ou taxa de ocorrências criminais e estes, conforme relato do entrevistado, estão capacitados para análise e aplicação operacional, tanto que na prática, já participou de mais de 80(oitenta) reuniões do comitê gestor da Secretaria de Estado da Segurança Pública, onde o geoprocessamento é uma ferramenta de apoio. O entrevistado relatou que a ferramenta geoprocessamento tem um caráter preventivo, dentre as várias existentes na corporação, porém há necessidade do engajamento dos escalões, desde o Comando até o nível operacional, que atua no posto de policiamento. Complementa ainda que a literatura estabelece que as Policiais adotaram este tipo de tecnologia no policiamento preventivo e em sua maioria, obtiveram resultados bastante significativos no desempenho operacionais e preventivos. Diante das considerações citadas acima, conclui-se que a ferramenta Geoprocessamento-mapeamento do crime é de grande utilidade, não somente na Polícia Militar do Paraná, mas em todas as outras Policiais do Brasil, pois desde que bem aplicada e a corporação tenha disponibilidade de todos os recursos necessários, corroborado com o comprometimento dos profissionais, que são os Policiais Militares, seus resultados serão significativos para reduzir a demanda reprimida, o índice de criminalidade e conseqüentemente a população vai se sentir mais segura e a corporação terão credibilidade e confiabilidade por parte da sociedade.

- O entrevistado é integrante da Polícia Militar do Paraná de ter mais viaturas e efetivo nas ruas, não necessariamente vai diminuir os problemas de criminalidade. Há necessidade de aplicação com critério técnico, controle, fiscalização e supervisão. A operação Escudo e Samurai no seu entendimento são de suma importância ao combate da criminalidade, pois acredita que há inovação em alguns aspectos da forma de aplicação operacional do efetivo empregado, melhorando a visibilidade e ações mais incisivas contra o crime organizado. O entrevistado acredita que há uma preferência por parte do efetivo e da própria instituição pela atuação repressiva. Nesta subcultura há um desincentivo às ações preventivas dando a

entender que todo mundo que faz a prevenção está de castigo. A Rotam e a Choque são vistas como tropa de elite e invejadas por outras que se sentem diminuídas por serem de atuação preventiva, como se fossem menos importantes, o que vai contra a filosofia de polícia comunitária. Acredita o entrevistado que o uso do giroflex é fundamental para melhorar a ostensividade e que os projetos sociais em funcionamento na corporação contribuem para que as pessoas não ingressem na criminalidade, mas questiona a abrangência que eles possuem, pois são na sua maioria, projetos pilotos que atendem pequenas parcelas da população. Conclui-se diante das considerações do entrevistado, que há necessidade estratégica para aplicação do policiamento, sendo imprescindível à análise criminal, através do mapeamento do crime, utilizando a ferramenta geoprocessamento e as estatísticas disponibilizadas pelas seções de planejamento das Unidades Operacionais, quer da capital, quer do interior. Efetivamente o fato de ter mais viaturas e efetivo nas ruas, não necessariamente, representa aumento da segurança, tem que ter o comprometimento do Policial no cumprimento de sua missão e a distribuição das viaturas e dos recursos humanos deve ocorrer com critérios técnicos, buscando na prática, num primeiro momento a redução da demanda reprimida e conseqüentemente a diminuição do índice de ocorrência, prevalecendo ao seu final com estas ações, o policiamento proativo. Apesar das ações desenvolvidas pela Polícia Militar na sua maioria prevalecerem o policiamento proativo, ainda parte do efetivo de nossa corporação, tem em seus pensamentos que a cultura da polícia é de natureza reativa, e para mudança deste comportamento, a corporação deve trabalhar com o efetivo, dando ênfase que a prevenção é missão constitucional da Polícia Militar, não podendo deixar e incluir neste contexto, que as equipes da Companhia de Choque e das Rotam, que são classificadas nos Batalhões, apesar de suas características de atuação serem diferentes da tropa regular, as suas ações devem priorizar sempre a questão preventiva.

- A entrevistada pertence aos quadros da Polícia Militar do Paraná e esclareceu que a Corporação desenvolve uma série de atividades relacionadas às ações sociais, junto as comunidades espalhadas por diversos municípios do Estado do Paraná, sendo as seguintes: Projeto Força Verde Mirim, Projeto Vaca Mecânica, Projeto Educação Ambiental, Projeto Craque Cidadão, Projeto Cidadão do Futuro com o Karatê, Projeto Cidade Mirim, Projetos Infratores de Trânsito, Projeto Estudante no

Quartel, Projeto Acadêmicos de Medicina da Unioeste, Projeto Jovens Pedestres Conscientes, Projeto Direção Defensiva para Motociclistas, Projeto Mirim de Trânsito, Projeto Formando Cidadão, Projeto Bombeiro Mirim, Corrida da Aventura, Equoterapia, Atividades de lixo para reciclagem. Além dos projetos e atividades citadas acima, o Projeto Segurança Social está em fase de implantação na Polícia Militar. A entrevista relatou que a questão da criminalidade está mais concentrada nos grandes centros urbanos, envolvendo principalmente a juventude e em grande parte, as populações mais pobres contribuem para este quadro, tendo em vista as dificuldades de acesso a equipamentos públicos, saneamento básico, inserção no mercado de trabalho, problemas com a escolarização e preparo profissional. Diante deste quadro a entrevistada, acredita que as ações sociais em atividade na corporação podem interferir positivamente na redução da violência e da criminalidade, pois atuam sobre populações consideradas em risco, que vivem em condições desfavoráveis. Complementa dizendo que o desenvolvimento destas ações deve estar ligado a transmissão de valores morais e de um processo de formação cultural, ser simplesmente uma política de assistencialismo. A entrevistada relatou ainda que as ações sociais têm maior efeito sobre as populações mais pobres, sendo que a contribuição para outras pessoas diversas destas, não ingressarem no mundo da criminalidade, pode ocorrer de forma indireta. Devem ser considerados fatores que levam as pessoas com boas condições de vida e com fartura de bens, a ingressarem na criminalidade. Outro aspecto a ser considerado é a proporção que estas populações contribuem para o índice de violência e criminalidade, especialmente se verificado, que este grupo demográfico é relativamente pequeno em relação ao da população pobre ou em condições de miséria. Conclui-se que a Polícia Militar do Paraná, dentro deste processo, está efetivamente, fazendo o seu papel, atuando no seio da sociedade, cumprindo a sua missão no campo da responsabilidade social. O envolvimento da corporação nestas atividades de caráter social tem como essência, a questão preventiva, age de forma antecipada, procurando atingir seu principal objetivo que é proporcionar aos beneficiados, melhores condições de vida, tanto cultural, social e intelectual, tratando com valores morais e formação de caráter, evitando o ingresso ao mundo das drogas e da criminalidade, tanto que esta preocupação por parte da instituição, cada vez mais está se estendendo, pois a corporação, já está trabalhando na implantação de mais um projeto de natureza social, que é a segurança social. Os

problemas sociais existem em todos os centros, porém, quanto maior a população, maior será os problemas ligados aos problemas sociais e conseqüentemente à criminalidade. Os trabalhos desenvolvidos pela corporação estão atingindo crianças e adolescentes e no caso de atuação da Patrulha Escolar, se estende para os professores e pais de alunos. As ações desenvolvidas pela Polícia Militar visam também aproximar a corporação da comunidade, objetivando manter o nível de credibilidade e confiabilidade. Conclui-se que a Polícia Militar está cumprindo efetivamente com a sua missão dentro da responsabilidade social, contribuindo para que os participantes deste processo sejam devidamente instruídos e conscientizados com informações considerados essenciais para a sua formação, evitando e prevenindo que venha a ingressar no mundo da criminalidade, ressaltando que a agregação familiar é fator primordial para que o objetivo estabelecido seja devidamente atingido. Conclui-se também que além da prevenção técnica, que é executada diariamente pela Polícia Militar, através do Policiamento Ostensivo, procurando com estas ações evitar que o delinqüente venha cometer outro delito, ressaltando que esta atuação é conhecida como controle. A atuação da Polícia Militar no campo social denomina-se de prevenção social, pois ela visa, evitar que as pessoas não venham a ingressar no mundo da criminalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Polícia Militar do Paraná, assim como as demais Polícias Militares de outras federações, conforme preconiza a Constituição Federal em seu artigo 144, tem como finalidade a execução do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, portanto, tem como foco principal a prevenção.

A corporação dentro de seu contexto na área da segurança pública executa o policiamento preventivo, sob dois enfoques: o primeiro dentro do modelo de polícia proativa que é caracterizado pela prevenção técnica, também denominada de controle, pois cabe através da aplicação dos diversos tipos de policiamento, pelo patrulhamento, evitar que o delinqüente venha a cometer qualquer ato delituoso. O segundo enfoque envolve a prevenção de cunho social, onde a atuação da Polícia Militar é bastante significativa, obtendo resultados consideráveis no âmbito social, ressaltando, que dentro destas atividades, executadas pela Polícia Militar, citamos o Proerd, a Patrulha Escolar Comunitária, o Formando Cidadão e outras em funcionamento na Capital e interior do Estado do Paraná, cabendo destacar que este trabalho visa atingir crianças e adolescentes, para que estes, com formação de valores, sejam preparados para não ingressar no mundo da criminalidade e em especial, no consumo das drogas, situação esta alarmante e preocupante que está afetando o Paraná, o Brasil e o mundo.

Além do modelo de polícia proativa, a Polícia Militar atua também no modelo de polícia reativa, caracterizada pelo atendimento de ocorrências policiais. Nos grandes centros, onde a população é maior e os índices de criminalidade elevada, os volumes de atendimento de ocorrências policiais são maiores do que nas pequenas localidades. Policiais Militares que exercem as suas funções nas unidades operacionais, erroneamente, ao assumirem seus respectivos serviços, executam as suas atividades dentro de uma cultura de polícia reativa, pois, em vez de se dirigir para as ruas e realizar o policiamento preventivo, agem de maneira inversa, isto é, com cultura de polícia reativa, ficam aguardando o acontecimento de um crime ou contravenção, para que a central de operações, acione a viatura para dar atendimento a ocorrência policial.

As ações desenvolvidas pela Polícia Militar sejam no Paraná ou em outros estados, conforme pesquisa realizada, prevalece o modelo de polícia proativa, principalmente no interior, onde o volume de ocorrências policiais e a demanda

reprimida são baixos, bem como são efetivamente colocadas em prática a filosofia de polícia comunitária, aproximando o Policial militar da comunidade, sendo assim, considerando as questões acima mencionadas, deve-se implementar nos batalhões instruções periódicas, visando conscientizar e preparar o efetivo, da importância da corporação em exercer as suas atividades, tendo como foco principal, o espírito de polícia proativa, caracterizada pela ostensividade e prevenção.

Ainda dentro do modelo de polícia, o uso do dispositivo giroflex nas viaturas policiais, é de suma importância no aumento da ostensividade e conseqüentemente da prevenção, cabendo destacar que há necessidade de conscientização do uso deste equipamento, em especial, nos municípios localizados no interior do estado, tendo em vista que na capital, a aceitabilidade é grande e os resultados são consideráveis satisfatórios.

Conforme pesquisa realizada com as Polícias Militares da Bahia, Santa Catarina, Pernambuco e Minas Gerais, nas atividades realizadas nestas corporações prevalece o modelo de polícia proativa, tanto atuando no campo da prevenção técnica, quanto na prevenção de cunho social, sendo somente reativo por ocasião do atendimento de ocorrências policiais, vindo ao encontro com os mesmos resultados e características desenvolvidas pela Polícia Militar do Paraná. A pesquisa nos indicou que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, pelas características da população, do município, do volume de ocorrências, a ação de polícia prevalece o modelo reativo, porém, por outro lado, possuem resultados satisfatórios nas ações de cunho social.

Dentre a gama de atividades desenvolvidas pela Polícia Militar, as operações policiais militares são consideradas essenciais e de grande utilidade para o combate a criminalidade, e ao mesmo tempo, proporciona com as suas ações voltadas para o campo preventivo, maior ostensividade e aumenta a sensação de segurança a comunidade, contribuindo desta forma para o aumento da credibilidade e confiabilidade na corporação. Além das operações bloqueio, blitz e batida policial que já são conhecidas tradicionalmente com bons resultados, soma-se a estas, a Operação Escudo, em atividade no Estado do Paraná, que visa a ostensividade e a prevenção, através do policiamento direcionados em locais e horários estratégicos, indicados pelo geoprocessamento e pelo setor de planejamento das unidades da Polícia Militar. Além da Operação Escudo, torna-se necessário ressaltar a Força Samurai, que tem a responsabilidade do levantamento e combate rigoroso ao

consumo e tráfico de drogas, tendo a seu dispor informações coletadas do disque-denúncia 181.

O efetivo da Polícia Militar do Paraná registra atualmente uma defasagem de 18,2%, situação preocupante, principalmente, em razão dos resultados da pesquisa realizada que teve a finalidade de levantar o número de policiais militares que já se encontram em condições de se dirigir para a reserva remunerada, sendo que de 2008 a 2010, cerca de 2499(dois mil quatrocentos e noventa e nove) policiais militares, já estão em condições legais de se aposentarem por tempo de serviço proporcional.

As Polícias Militares da Bahia e Paraíba têm em seu quadro de pessoal civis que foram contratadas para exercerem as funções administrativas nas unidades da Corporação, visando substituir o efetivo que exerce as funções na atividade meio, para que estes sejam direcionados para a atividade fim da corporação. No Paraná, conforme levantamento em todo o estado, os números chegam a 929(novecentos e vinte e nove) policiais militares que exercem as atividades administrativas, portanto, torna-se viável um estudo mais aprofundado, no sentido de verificar as possibilidades de contratar funcionários civis, para substituir parte dos Policiais Militares que estão aplicados na atividade meio, objetivando enxugar a atividade administrativa e conseqüentemente aumentar o número de policiais para a atividade fim da corporação. Cabe ressaltar que a forma de contratação deve ser bem avaliada, para que os objetivos almejados, não sejam comprometidos, principalmente no que tange aos resultados, pois esta mudança de atitude da corporação, seria uma novidade na instituição,

Aumentando o número de viaturas e policiais nas ruas, não necessariamente significam o aumento da segurança, prevenção e tranquilidade por parte da população. Além de efetivo e viatura, há necessidade de um terceiro elemento, que é o planejamento estratégico, os quais todos devem estar interligados, pois um depende do outro para que efetivamente os resultados esperados pela população sejam realmente atingidos. Torna-se imprescindível citar que a participação do policial militar neste processo para atingir os objetivos é de fundamental importância, pois de nada adianta, a corporação dispor de efetivo, viatura e possuir um planejamento estratégico eficiente, se o policial militar não estiver comprometido com a atividade e preocupado com os resultados.

A Polícia Militar do Paraná, assim como outras Polícias Militares, dispõe da ferramenta conhecida como Geoprocessamento, que processa informações no campo operacional, fornecendo a corporação dados estatísticos e o mapeamento do crime, propiciando aos setores de planejamento das instituições, condições técnicas de direcionar os esforços necessários, para diminuir a demanda reprimida nas áreas indicadas e ao mesmo tempo reduzir o índice de criminalidade. Na capital do estado do Paraná, esta ferramenta está disponibilizada para as unidades operacionais, e a aplicação operacional tem como base os resultados levantados pelo geoprocessamento, que é coordenado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

No campo operacional, além do geoprocessamento, a corporação utiliza também os dados disponíveis no Siscopweb, de onde são extraídas quantidades de solicitações por parte da comunidade via 190 e esta ferramenta, nos mostra uma realidade quanto ao volume de ocorrências atendidas, que geram o boletim de ocorrência, alimentando o geoprocessamento para montagem do mapeamento do crime, bem como, nos indica o volume de ocorrências não atendidas, que não geram conseqüentemente o boletim de ocorrências, mas integram a demanda reprimida da corporação.

Tratando-se da demanda reprimida, o volume é alto nos grandes centros urbanos, sendo Curitiba, no Estado do Paraná, a cidade com maior volume de ocorrências atendidas e demanda reprimida. Há de ressaltar a necessidade em rever a questão da digitação dos Boletins de ocorrências no interior do estado, bem como a disponibilização do Siscopweb, pois não são todas as cidades que estão utilizando estas duas ferramentas, e conseqüentemente compromete o quadro estatístico, quer da unidade, quer da corporação como um todo.

Além das atribuições de combate à criminalidade, e a responsabilidade de proporcionar a população uma sensação de segurança, através do policiamento ostensivo preventivo e pelo atendimento de ocorrências policiais, a Polícia Militar vem desenvolvendo ações comunitárias, atingindo principalmente crianças e adolescentes, procurando trabalhar com a questão de valores, caráter, preocupando efetivamente com o seu futuro, para que não venha a ingressar no mundo da criminalidade. Diante deste quadro a Corporação dentro do contexto da responsabilidade social, além de realizar as missões constitucionais, referentes à questão policial, está cumprindo muito bem o seu papel neste campo.

REFERÊNCIAS

BONDARUK, Roberson Luiz e SOUZA, **A influencia do desenho urbano nos índices de criminalidade**. Curitiba: Tese de Monografia, CSP, 2006.

BONDARUK, Roberson Luiz e SOUZA, **Polícia Comunitária. Polícia Cidadã Para um Povo Cidadão**. Associação da Vila Militar, 2003(Publicações Técnicas, Volume XII).

BORBA, Luiz Alberto, **A Concepção dos Policiais Militares às atividades de Prevenção da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: Monografia, CSP, 2007.

BUCHER, R, **Psicoterapia pela fala: fundamentos, princípios e questionamentos**. São Paulo, EPU, 1989.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Editora atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1997.

DESEMPREGO. **Wikipédia: a enciclopédia livre**. Disponível em: <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/desemprego.htm>. Acesso em Maio de 2008.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento Comunitário e Controle sobre a Polícia: a experiência Norte Americana**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, Zoroastro de Paiva. **Criminalidade**. São Paulo: Edição Universitária de Direito, 1986.

FRAGOSO, Carlos Alberto Cardoso. **Geoprocessamento em Análise Criminal: um estudo de aplicação para o Estado do Rio de Janeiro**. Curitiba: Monografia, CSP, 2004.

HUNGRIA, Nelson, **Comentário Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

LIMA, João Milanez da Cunha. **Polícia e Criminologia**. São Paulo: Ibrasa, 1974.

MANOEL, Élio de Oliveira. **Policiamento Ostensivo com ênfase no processo motorizado**. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2004.(Publicações técnicas, Volume XIII).

PARANÁ. **Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná**. Curitiba: 1976.

PARANÁ. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

PARANÁ. **Planejamento e Emprego na PMPR:** Diretriz nº 004/2003–PM/3. Curitiba: Polícia Militar do Paraná – Comando Geral, 2003.

PARANÁ. Secretaria Especial de Relação com a Comunidade. **Paraná em ação:** O Governo da Comunidade. Curitiba:2004.

PARANÁ, **Patrulha Escolar:** Diretriz 004/3 – PM/3 – Curitiba. Polícia Militar do Paraná – Comando Geral, 2003.

PARANÁ, **Policciamento Comunitário na PMPR** – Diretriz nº 002/2004 – PM/3. Curitiba: Polícia Militar do Paraná – Comando Geral, 2004.

PARANÁ. PROERD - **Projeto de Infra-estrutura para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência.** Curitiba, 2007.

POLICIAMENTO Comunitário:experiencias no Brasil 2000 – 2002. São Paulo: Página Viva, 2002.

PROBLEMAS SOCIAIS. Wikipédia. a enciclopédia livre. Disponível em <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/pobreza.htm>. Acesso em Junho de 2008

RICO José Maria, SALAS, Luis. **Delito, insegurança do cidadão e polícia.** Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1992.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** São Paulo: Editora FTD, 2000.

SKOLNICK, H. Jerome, e BAYLEY H. David. **Policciamento Comunitário.** São Paulo: Edusp, 2006.

THOMPSON Jr., Arthur A, Strickland, A J. **Planejamento Estratégico, elaboração, implementação e execução,** São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

TROJANOWICZ, Robert, BUCQUEROUX, Bonnie. **Policciamento Comunitário: como começar.** São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

VALLA, Wilson Odirley. **Doutrina de Emprego de Polícia Militar.** Curitiba: Apostila do CAO ,1998.

VALLA, Wilson Odirley.**Doutrina de Emprego de Polícia Militar e Bombeiro Militar.** 2ª ed. Curitiba:Associação da Vila Militar,2004.(Publicações Técnicas, Volume I).

APÊNDICES

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS COMANDANTES DAS UNIDADES DA
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

- É facultativa a identificação no final do questionário;
- Dirigido exclusivamente aos Comandantes de Unidades;
- Este questionário é parte integrante do desenvolvimento de tema monográfica. Atuação Preventiva da Polícia Militar do Paraná, do Curso de Superior de Polícia - Especialização ao Nível Estratégico de Doutorado realizado pela Polícia Militar do Paraná – 2008, em parceria com a Universidade Federal do Paraná.

- 1) O efetivo disponível da sua unidade atende a demanda das necessidades operacionais e administrativas?
☐ Sim ☐ Não
- 2) Existe demanda reprimida no que tange a atendimento a ocorrências policiais na área de sua OPM?
☐ Sim ☐ Não
- 3) A ação do policiamento reativo na área do Batalhão prevalece sobre o policiamento proativo?
☐ Sim ☐ Não
- 4) Você acredita que com maior número de Policiais Militares e Viaturas nas ruas, aumenta a prevenção e sensação de segurança à comunidade?
☐ Sim ☐ Não
- 5) O Geoprocessamento está servindo de suporte para aplicação operacional e diminuição do índice de criminalidade?
☐ Sim ☐ Não
- 6) Os Policiais Militares que exercem suas atividades no Comando das Subunidades e Comando do Projeto Povo de sua OPM estão capacitados para atuar na análise estratégica da ferramenta / geoprocessamento e análise criminal, com vistas ao direcionamento do policiamento?
☐ Sim ☐ Não
- 7) A contratação de civis ou Policiais Militares da Reserva Remunerada para trabalhar como ocorre em outros estados na atividade meio da Corporação, seria uma das alternativas para aumentar o policiamento nas ruas?
☐ Sim ☐ Não

- 8) O aprimoramento das ações sociais comunitárias em atividade na Corporação seria uma das formas de caráter preventivo, para evitar o ingresso de indivíduos no mundo da criminalidade?
() Sim () Não
- 9) A realização de Operações Policiais seja de forma isolada ou em conjunto com outros órgãos, aumenta a segurança e credibilidade da população?
() Sim () Não
- 10) Na sua opinião, você acha viável a utilização do giroflex pelas viaturas policiais militares, durante o Policiamento Ostensivo com finalidade preventiva? Em caso positivo, comente sobre a aceitabilidade dos integrantes de vossa unidade.
- 11) Relacione as atividades policiais militares desenvolvidas na sua OPM, considerada de natureza preventiva.
- 12) Os horários dos turnos de serviço aplicáveis na sua OPM são compatíveis com as necessidades da Unidade e distribuído de acordo com os resultados estabelecidos pelo Geoprocessamento?

UNIDADE _____
NOME _____

Solicito respeitosamente o envio das respostas para o e-mail flaviojosecorreia@hotmail.com

SE POSSÍVEL ATÉ 25 DE JULHO DE 2008

APÊNDICE B

**QUESTIONÁRIO DESTINADO AS POLÍCIAS MILITARES DO RIO DE JANEIRO –
SANTA CATARINA – BAHIA – PARAÍBA – PERNAMBUCO – MINAS GERAIS**

POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA

À POLÍCIA MILITAR DA BAHIA/RIO DE JANEIRO/ MINAS GERAIS/ SANTA CATARINA/ PERNAMBUCO

Solicito respeitosamente atender pedido deste Oficial, referente às questões abaixo estabelecidas, o qual subsidiará Monografia, cujo tema é Atuação Preventiva da Polícia Militar do Paraná, em desenvolvimento no Curso Superior de Polícia 2008, em funcionamento na Academia Policial Militar do Guatupê e Universidade Federal do Paraná:

- 1) Quais são as atividades Operacionais desenvolvidas pela PMBA, de cunho preventivo aplicadas no combate a criminalidade e diminuição do índice de criminalidade?
- 2) A atividade operacional do cotidiano prevalece o policiamento proativo ou o Policiamento reativo?
- 3) Tratando-se de demanda reprimida no Estado da Bahia, os números são elevados?
- 4) Dentro da área preventiva, porém, direcionando para as atividades para o campo social, quais os serviços desenvolvidos pela Organização nesta área e quais os resultados alcançados?
- 5) A PMBA dispõe da Ferramenta – Geoprocessamento / mapeamento do crime, para análise e aplicação do policiamento?

Respeitosamente,

FLAVIO JOSE CORREIA, Maj QOPM
ALUNO CSP 2008

E-MAIL flaviojosecorreia@hotmail.com

Enviar resposta se possível até 30 de julho de 2008

POLÍCIA MLITAR
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA 2008

A POLÍCIA MILITAR DA BAHIA E PARAÍBA

1. Tendo em vista este Oficial estar elaborando monografia, cujo tema trata-se da Atuação Preventiva da Policia Militar do Paraná, solicito respeitosamente de Vossa Senhoria, verificar junto a PMBA, informações e outros dados julgados úteis, referente à terceirização do serviço administrativo, onde Policiais Militares foram substituídos por civis.
2. A terceirização é em todo serviço administrativo da Corporação, quer Capital e interior?
3. O efetivo PM foi aplicado na atividade fim da Corporação?
4. Em caso positivo, houve uma melhoria na questão preventiva, vindo a diminuir o índice de criminalidade e a demanda reprimida?
5. O pessoal Civil é contratado/concursado – a tendência é manter esta terceirização ou há rumores de retornar como era anteriormente?

Respeitosamente,
Assina FLÁVIO JOSÉ CORREIA, MAJ QOPM ALUNO CSP/2008.

E-MAIL flaviojosecorreia@hotmail.com

Enviar resposta se possível até 30 de julho de 2008

APÊNDICE C

**ENTREVISTA COM POLICIAIS MILITARES DO ARANÁ – PROFESSORA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SECRETARIA DA CRIANÇA E
ADOLESCENTE**

- Esta entrevista é parte integrante do desenvolvimento de tema de monografia, Atuação Preventiva da Polícia Militar do Paraná, do Curso de Superior de Polícia - Especialização ao Nível Estratégico de Doutorado realizado pela Polícia Militar do Paraná – 2008, em parceria com a Universidade Federal do Paraná.

PERGUNTAS

1. Qual a sua função dentro da Polícia Militar do Paraná?
2. Dentro da sua experiência profissional, acredita que com mais viaturas e efetivo nas ruas, os problemas de criminalidade diminuem?
3. A implementação dos Projetos da Operação Escudo e Força Samurai, na Corporação, no seu entendimento, será de suma importância no combate a criminalidade no Estado do Paraná?
4. O Senhor acredita que o comportamento do Policial Militar na sua atividade cotidiana, de uma forma geral, num primeiro momento é direcionada e condicionada para atuar no policiamento reativo, deixando o proativo como segundo plano?
5. Na sua opinião, qual a importância do uso do giroflex nas viaturas policiais militares?
6. Na sua opinião, os projetos sociais em funcionamento na corporação, contribuem para que as pessoas não ingressem no mundo da criminalidade?

Solicito respeitosamente o envio das respostas para o e-mail flaviojosecorreia@hotmail.com

SE POSSÍVEL ATÉ 25 DE JULHO DE 2008

- Esta entrevista é parte integrante do desenvolvimento de tema de monografia, Atuação Preventiva da Polícia Militar do Paraná, do Curso de Superior de Polícia - Especialização ao Nível Estratégico de Doutorado realizado pela Polícia Militar do Paraná – 2008, em parceria com a Universidade Federal do Paraná.

PERGUNTAS

1. Qual função que exerce junto a Universidade Federal do Paraná?
2. A Senhora acredita que os problemas de ordem social são fatores que contribuem para o ingresso do indivíduo no mundo da criminalidade? Justifique a sua resposta e se possível em caso de resposta positiva, quais seriam os problemas sociais inclusos nesta situação.
3. Na sua opinião, o projeto social desenvolvido pela Polícia Militar, como o Proerd, Patrulha Escolar, Formando Cidadão e outros em estudo, contribuem para evitar o ingresso de pessoas na criminalidade?
4. Na sua opinião, que soluções podem ser apontadas para diminuir os problemas sociais na sociedade, que de forma direta ou indireta podem resultar na diminuição dos problemas da criminalidade.

Solicito respeitosamente o envio das respostas para o e-mail flaviojosecorreia@hotmail.com

SE POSSÍVEL ATÉ 30 DE JULHO DE 2008

- Esta entrevista é parte integrante do desenvolvimento de tema de monografia, Atuação Preventiva da Polícia Militar do Paraná, do Curso de Superior de Polícia - Especialização ao Nível Estratégico de Doutorado realizado pela Polícia Militar do Paraná – 2008, em parceria com a Universidade Federal do Paraná.

PERGUNTAS

1. Qual a função que exerce atualmente na Polícia Militar?
2. Quais os Projetos Sociais em atividade na PMPR?
3. Existem estudos dentro do campo social, com vistas à implantação de novos projetos desta natureza na PMPR?
4. A Senhora acredita que estas ações sociais contribuem para que as pessoas de uma forma geral, não ingressem no mundo da criminalidade?

Solicito respeitosamente o envio das respostas para o e-mail flaviojosecorreia@hotmail.com

SE POSSÍVEL ATÉ 25 DE JULHO DE 2008

- Esta entrevista é parte integrante do desenvolvimento de tema de monografia, Atuação Preventiva da Polícia Militar do Paraná, do Curso de Superior de Polícia - Especialização ao Nível Estratégico de Doutorado realizado pela Polícia Militar do Paraná – 2008, em parceria com a Universidade Federal do Paraná.

PERGUNTAS

1. Qual a função que exerce dentro da Corporação?
2. A ferramenta Geoprocessamento em funcionamento pelo Governo do Estado, está sendo útil para a Polícia Militar do Paraná?
3. Os Policiais Militares estão capacitados para analisar os resultados do Geoprocessamento e aplicar na atividade operacional das Unidades da PMPR?
4. Você acredita que esta ferramenta tem o caráter preventivo, dentre as varias atividades existentes na Corporação?

Solicito respeitosamente o envio das respostas para o e-mail flaviojosecorreia@hotmail.com

SE POSSÍVEL ATÉ 25 DE JULHO DE 2008

A SRA THELMA ALVES DE OLIVEIRA

MD. SECRETÁRIA ESTADUAL DA CRIANÇA E JUVENTUDE

- Esta entrevista é parte integrante do desenvolvimento de tema de monografia, Atuação Preventiva da Polícia Militar do Paraná, do Curso de Superior de Polícia - Especialização ao Nível Estratégico de Doutorado realizado pela Polícia Militar do Paraná – 2008, em parceria com a Universidade Federal do Paraná.

PERGUNTAS

1. Qual a sua função que exerce no Governo do Estado do Paraná?
2. Quais os Projetos Sociais em atividade pela Secretaria da Juventude e adolescência?
3. Os Projetos Sociais em desenvolvimento contribuem para que os adolescentes e os jovens não ingressem no mundo da criminalidade?
4. A Senhora conhece os Projetos Sociais desenvolvidos e em atividade na Polícia Militar do Paraná, como o PROERD, Patrulha Escolar Comunitária, Projeto POVO e o Formando Cidadão, este em parceria com as Prefeituras Municipais?
5. Na sua opinião, estes Projetos Sociais desenvolvidos pela PMPR, contribuem para a não inclusão do cidadão e cidadã na marginalidade?

Solicito respeitosamente o envio das respostas para o e-mail flaviojosecorreia@hotmail.com

SE POSSÍVEL ATÉ 15 DE AGOSTO 2008